

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 10 DE OUTUBRO DE 2013

NÚMERO 6.607

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Valmir Comin

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Ana Paula Lima

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Jean Kuhlmann
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto
Aldo Schneider

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Darci de Matos
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Aldo Schneider
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Taxista Voltolini
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Taxista Voltolini - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Angela Albino
Silvio Dreveck
Neodi Saretta
Luciane Carminatti
Renato Hinnig
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Dirceu Dresch
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Gelson Merisio
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Taxista Voltolini - Vice-Presidente
Ciro Roza
Altair Silva
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Jorge Teixeira
Gelson Merisio
Altair Silva
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Renato Hinnig
Marcos Vieira

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Altair Silva
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal
Taxista Voltolini
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Altair Silva
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Gelson Merisio
Sargento Amauri Soares

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p style="text-align: center;">EXPEDIENTE</p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 070ª Sessão Ordinária realizada em 22/08/20132 Ata da 028ª Sessão Especial realizada em 26/08/2013, às 19h9</p> <p>Atos da Mesa Atos da Presidência DL 12 Ato da Mesa DL13 Atos da Mesa13</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes17 Aviso de Resultado19 Extratos19 Portarias20 Projetos de Lei21 Projetos de Lei Complementar21 Redações Finais24</p>
---	---	---

PLENÁRIO

ATA DA 070ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, quero fazer uma saudação especial ao sr. Nelson Coicolatto e

Santina Coicolatto, casal da cidade de Concórdia, que se encontra presente acompanhando esta sessão. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Venho a esta tribuna nesta manhã para comemorar o resultado de uma decisão judicial, e também defender mais uma vez o projeto de lei a que dei entrada nesta Casa Legislativa. No ano passado, protocolei o Projeto de Lei n. 0205/2012, que proíbe a imposição de limite de tempo para a utilização de créditos ativados de celulares pré-pagos.

Este projeto tramita na Assembleia Legislativa, e demos como justificativa, entre outros argumentos, que essa prática comercial é extremamente prejudicial para os consumidores, tendo em vista que os obriga a adquirir novos créditos com frequência, mesmo que não sejam utilizados, para que possam continuar a usufruir o serviço oferecido pela operadora.

E porque venho agora comemorar. Porque houve uma decisão importante na área da Justiça. Inclusive tenho em mãos um tópico escrito pela Maria Inês Dolci, que é coordenadora institucional da Pró-Teste e colunista do *Jornal Folha S.Paulo*, que reproduz parte da decisão judicial.

(Passa a ler.)

"Fixar prazos de validade para os créditos pré-pagos de celular configura-se um confisco antecipado dos valores pagos pelo

serviço de telefonia que é devido aos consumidores. Essa foi a avaliação do desembargador federal Souza Prudente, relator do processo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que proibiu as operadoras de telefonia móvel de estabelecer prazo de validade para créditos pré-pagos em todo território nacional. Num país em que 79% do total de telefones móveis são pré-pagos com mais de 211 milhões de linhas, a decisão é urgente. A decisão foi tomada após recurso do Ministério Público Federal (MPF) contra sentença da 5ª Vara Federal do Pará, que manteve a validade dos créditos de celulares pré-pagos. A decisão deve ser cumprida em todo o território nacional"[...].[sic]

Então, quero trazer nesta tribuna esta decisão, que já tem repercutido na imprensa nacional - e, inclusive, aqui na imprensa catarinense há essa repercussão -, e questionar por que a Anatel não tomou uma medida como essa antes? A Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações - poderia ter tomado essa decisão, que foi judicial.

Quando fizemos esse projeto de lei já citamos essa incoerência, esse abuso, essa afronta ao consumidor em que as operadoras vendiam os créditos dos telefones pré-pagos e impunham depois um limite. Mais tarde, não podendo mais zerar, deputado Silvio Dreveck, esse crédito por outras decisões judiciais, elas passaram a admitir o crédito, desde que a

pessoa colocasse um novo crédito. Ou seja, para utilizar um crédito que já tinha era preciso comprar outro.

Então, agora essa decisão judicial - e é bem verdade que ainda está em grau de recurso - deve servir, em primeiro lugar, para que a Anatel baixe uma regulamentação proibindo esse tipo de prática. Aqui mesmo nesta Casa há uma CPI que trata da telefonia, e o deputado Sílvio Dreveck a tem presidido com muita competência, e esse, com certeza, é mais um assunto para ser constado desse relatório final, quando elaborado.

Nós, internamente, como deputados, também poderíamos dar agilidade na apreciação do projeto de lei que eu apresentei. E houve, num primeiro momento, se não me falha a memória, até um parecer em contrário da relatoria na comissão de Constituição e Justiça, e agora o projeto encontra-se com vista. E nós poderíamos, o quanto antes, quem sabe na próxima sessão, analisar esse projeto de lei no âmbito da comissão de Constituição e Justiça para ele tramitar - porque agora os próprios tribunais estão dizendo que isso não pode.

Então, simbolicamente, inclusive, seria importante aprovarmos esse projeto aqui também. Acho que essas medidas são importantes porque o consumidor sofre, às vezes, para ter o seu direito garantido.

Sabemos que quem presta o serviço, é claro, também precisa da sua remuneração. Não queremos criar aqui nenhuma aversão a quem presta serviço. Pelo contrário, precisamos das empresas que prestam serviço e iremos respeitá-las. Agora, os milhões de consumidores não podem ter normas que afrontem o seu direito. E essa decisão judicial havia criado um alento, realmente, para o consumidor que já reclama da qualidade do serviço, que já reclama da dificuldade de atendimento quando precisa fazer o registro dessas reclamações através dos *call centers* e de outros mecanismos que têm sido aqui tantas vezes, deputado Sílvio Dreveck, por v.exa. e demais membros da CPI, levantados.

Então, faço este registro e apelo que analisemos com rapidez o nosso Projeto de Lei n. 205/2012, que se encontra tramitando nesta Casa, e comemoro esta decisão que impõe limite e que respeita com isso o direito do consumidor.

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Ouço com satisfação o seu aparte, deputado Sílvio Dreveck, pois v.exa., com frequência, tem abordado este assunto e preside a CPI que trata dos problemas da telefonia em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta, por me permitir este pequeno aparte.

Em primeiro lugar, gostaria de enaltecer v.exa. por abordar este assunto e ter encaminhado este projeto de lei aqui na Casa. Como v.exa. deixou muito claro, não estamos aqui para punir prestadores ou operadoras do serviço de telefonia, mas o nosso dever é defender o consumidor. V.Exa. tem razão quando coloca que a Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, tem deixado a desejar no que diz respeito ao consumidor. Temos inúmeros casos, exemplos, como v.exa. trouxe, no dia de hoje.

Inclusive, para enriquecer a CPI da Telefonia Móvel de Santa Catarina, pediria a v.exa. que encaminhasse uma cópia desta decisão judicial, que será muito importante para a conclusão do nosso trabalho. Na semana que vem devemos ouvir a Fatma, que é uma das empresas citadas várias vezes, e na

semana seguinte a Agência Nacional de Telecomunicações. Portanto, este documento é propício e oportuno para nós.

Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado a v.exa. que enriqueceu a nossa intervenção com essas novas informações. Vamos tentar buscar a íntegra dessa decisão, para que esteja disponível aqui para todos tomarem conhecimento.

Então, sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Angela Albino, ao encerrar essa nossa manifestação, deixo mais uma vez consignada a minha alegria por essa decisão judicial, e o pedido para que possamos apreciar com rapidez o nosso projeto de lei que proíbe essa imposição de limite de tempo de utilização de créditos ativados de celulares pré-pagos em Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Angela Albino, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Bom-dia a todos e a todas, parlamentares aqui presentes, quem está conosco hoje no plenário, aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc.

Quero usar estes dez minutos da manhã de hoje para tratar da CPI que ficou conhecida como CPI das Águas e que, é bom lembrar, das 14 assinaturas necessárias angariou 19, e agora depende de análise na comissão de Constituição e Justiça, uma vez que o deputado Maurício Eskudlark, também subscritor da CPI, remeteu um recurso àquela comissão pedindo que fosse analisada a existência efetiva de fato determinado.

Nós apresentamos um recurso suspensivo sobre esse recurso, deputado Maurício Eskudlark, e foi acatado o efeito suspensivo no âmbito da comissão de Constituição e Justiça, como determina o Regimento, e agora o relator, deputado José Nei Ascari, analisa este recurso que apresentamos e na sequência os desdobramentos vão depender do relatório do deputado José Nei Ascari.

Mas queria reafirmar da tribuna alguns entendimentos sobre a questão da CPI. Por um lado, a dúvida óbvia que surgiu, particularmente com as prisões dos envolvidos no escândalo da Águas de Palhoça, sobre a legalidade de algumas. E dizer algumas é eufemismo porque temos muitos destes contratos no estado.

Vamos pegar uma única empresa, a Raiz. Aqui em Palhoça atuava sem licitação durante oito anos, com renovação de contrato. Nas cidades no entorno de Jaraguá do Sul, a empresa que ganhou a licitação se chama Serrana, e essa empresa subcontratou, obviamente sem licitação, a empresa Raiz.

O jornal *Diário Catarinense* reproduziu isso com muita clareza, a empresa Raiz tem ganhado licitações com editais tão coincidentes que até os erros de português se repetem nos diferentes municípios. É óbvio que isso levanta uma suspeição para nós, e agregamos a isso a farta documentação que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina já produziu sobre a matéria.

E aí podemos dizer: bom, se já está no Ministério Público uma parte, e a outra parte o Tribunal de Contas já está analisando, por que nós vamos analisar? É porque não vamos apenas analisar os contratos dos municípios, mas vamos investigar o que aconteceu na municipalização e privatização de água e saneamento em Santa Catarina.

Recebi ontem uma comissão de Tubarão e Capivari de Baixo - uma saudação fraterna a Tubarão, terra dos meus pais, torcedores do Ferroviário, e muito me orgulha poder falar um pouco sobre a cidade da minha infância. Quem conhece o sul do estado sabe que Tubarão e Capivari de Baixo integravam o município de Tubarão. É muito recente, pouco mais de 20 anos, a emancipação de Capivari de Baixo, mas naquela época o sistema era integrado, único, ou seja, pertencia a Tubarão.

Em 2005, Tubarão não renovou o contrato com a Casan, e uma empresa que assumiu os trabalhos tinha uma nova configuração jurídica. E segundo informações de vereadores, tanto de Capivari de Baixo quanto de Tubarão, tinham uma situação muito boa com relação ao controle. Portanto, a municipalização lá em Tubarão, segundo o relato deles, não é problema.

Em 2005, Tubarão não havia renovado o contrato, passou a municipalizar. Em 2010, rescindiram o contrato em Capivari de Baixo, e aí começaram os problemas. Eu sei que parlamentares desta Casa reivindicam a representação do sul do estado e também da cidade de Tubarão.

Tubarão hoje paga R\$ 1,23 o metro cúbico de água e é obrigado, por decisão judicial, a vender para Capivari de Baixo essa mesma água a R\$ 0,41 o metro cúbico. É uma decisão judicial que obviamente ainda não transitou em julgado, mas tem os seus efeitos porque o município de Tubarão não poderia interromper o fornecimento de água a Capivari de Baixo.

Ocorre que o dinheiro de Capivari de Baixo - não para nossa surpresa, administrado pela empresa Raiz e também por um ex-diretor da Casan que montou a empresa e está tocando o empreendimento lá -, vai todo para o caixa geral do município. E o prefeito que durante a campanha formalizou o documento de Capivari de Baixo dizendo que ia voltar para a Casan, hoje já disse que não pode voltar para a Casan porque o dinheiro que arrecada com água e saneamento está indo todo para o caixa geral do município, a exemplo de Palhoça, e está servindo, inclusive, para pagar a folha.

Vejam os senhores a situação dos dois municípios: de um lado, Tubarão está na insustentável situação de comprar água a R\$ 1,23 e vender, entre outras, porque é obrigado a assim fazer, a R\$ 0,41. O município de Capivari de Baixo coloca o dinheiro do saneamento num caixa geral. Hoje já existe um débito com o município de Tubarão de mais de R\$ 3 milhões, e, além disso, Capivari, neste ano, pagou esse contrato apenas três meses.

Portanto, quem defende Tubarão precisa reconhecer que os municípios de Tubarão estão sendo lesados porque sai dos cofres públicos de Tubarão a diferença entre R\$ 1,23, que é o valor pago pela água, e R\$ 0,41, valor de venda a Capivari de Baixo por determinação judicial. Por outro lado, os habitantes do município de Capivari de Baixo precisam saber que o problema que eles hoje enfrentam está sendo embarrigado. Ou seja, quando se resolver definitivamente a questão judicial, uma futura administração vai ter uma dívida impagável com o município de Tubarão.

Quando dizemos que vai faltar dinheiro para saúde, educação e segurança, tem a ver também com essas dívidas que são contraídas por irresponsabilidade do administrador público, que fica no conforto temporário e antirrepublicano de que durante a vigência do seu mandato não vai ter problema nenhum, porque esse problema não vai ser cobrado na vigência do contrato.

Quando dissemos que precisamos de uma CPI para discutir o processo de

municipalização e privatização da água e saneamento em Santa Catarina, é de situações assim que estamos falando. Quem vai resolver a questão entre Tubarão e Capivari de Baixo? Poderíamos invocar aqui a tutela jurisdicional, o acesso ao Poder Judiciário, que é o que o município de Tubarão já fez, mas quantos anos isso vai levar? Talvez 30 anos, porque não tenho dúvida de que essa matéria há de subir até o Supremo Tribunal Federal. E até lá, essa dívida de Capivari com Tubarão vai ficar crescendo. Tubarão ficará sustentando o insustentável.

Quem vai olhar para isso do ponto de vista da sua discussão política, da intervenção do poder público? Quem vai poder analisar questões que envolvem litígio de municípios? E aí não estou desconsiderando o papel do Judiciário, mas estou invocando a nossa responsabilidade de dar uma resposta no caso de Capivari de Baixo e Tubarão e de outros conflitos.

Recebi na sexta-feira uma comissão de vereadores de Itapema relatando que quando algumas denúncias são feitas os vereadores são ameaçados de morte. Como vamos deixar isso apenas na responsabilidade dos vereadores? Sabemos que nos municípios menores as relações são muito mais pessoais, próximas, a força de um vereador apenas tem limites, obviamente, em relação à força que um Parlamento estadual inteiro pode exercer.

Por isso, tenho insistido que cumpramos o nosso papel, que possamos manter a CPI das Águas e Saneamento que, obviamente, não vai discutir a competência que não lhe cabe. Não vamos discutir sobre o prefeito ou o contrato do município, mas vamos analisar. É necessário que busquemos uma solução política ao tempo que vai se construindo a solução jurídica, porque uma precede a outra. E o povo de Tubarão e de Capivari não pode esperar o tempo da Justiça, que é necessariamente lento para se observar todas as nuances do processo. Temos o tempo político de poder ajudar nesse debate imediatamente.

Esta Casa já fez 46 CPLs ao longo da sua história. De 2005 para cá, nós iniciamos essa triste trajetória de derrotar as CPLs na comissão de Constituição e Justiça, desconsiderando o direito das minorias como determina o Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, somando-me ao pronunciamento da deputada Angela albino, quero dizer que este Poder não pode silenciar diante dos fatos e das evidências, e que existem situações de irregularidades, quando não de corrupção, já comprovadas em instituições ou empresas públicas e esta Assembleia tem obrigação constitucional de investigar.

Além das evidências e dos episódios de corrupção no caso da privatização da água, tem acontecido da mesma forma nas privatizações da saúde, como falávamos ontem. Parece uma coisa que acompanha outra e percebemos que isso é sistemático. Faz parte do interesse que move a ideologia da privatização a relação espúria entre o setor público, a gestão pública, e as empresas nesses processos de privatizações. Se na Águas de Palhoça já deu prisão, existem outras questões a serem vistas por aí.

Parece uma coisa extraordinária falar isso ou, vamos dizer, exagerada, deste Parlamento fazer essas afirmações, mas

ontem estivemos na comissão de Saúde, presidida, e muito bem, pelo deputado Volnei Morastoni, com a presença da maioria dos vereadores de Araranguá de todos os partidos pedindo apoio, auxílio, de forma expressa e escrita, inclusive ao presidente da comissão de Saúde, para se livrar de uma organização social, cujo nome é bonito, mas não passa de uma empresa privada com um largo histórico de corrupção e de irregularidades no estado de São Paulo, que está administrando o Hospital de Araranguá e o Serviço Móvel de Urgência aqui em Santa Catarina. O Samu também está com essa empresa de São Paulo. Os vereadores de Araranguá pediram apoio aos deputados da comissão de Saúde, porque eles são a última esperança do povo de Araranguá para se livrar do mal feito na administração do Hospital Regional daquela cidade.

Esperamos que as autoridades estaduais e, especialmente, o governador, que é o responsável maior e primeiro, dê uma olhada razoável, de carinho e de atenção para isso, porque inclusive corre o risco de acabar, no futuro, sendo enrolado por máfias de sanguessugas que, usando recursos da saúde, enriquecem ilicitamente.

Alguém pode dizer que estou sendo exagerado no que estou afirmando, mas se irem a fundo e investigarem vão chegar a isso que estou afirmando. Roubar dinheiro da saúde!

A organização social que estava anteriormente em Araranguá não está mais, porque roubou mais de R\$ 1 milhão de dinheiro público da sociedade catarinense, do estado de Santa Catarina, que deveria ser usado para prestar serviços de saúde à população do vale do rio Araranguá, naquele hospital regional. E isso é fato! E além de não acontecer nada, o que é estranho é que se continua insistindo que é essa a política, o método e a forma que os atores, os agentes ou os elementos devem continuar tocando instituições de saúde pública no estado de Santa Catarina.

Portanto, é preciso dar mais atenção a isso e sei que esse debate vai continuar na semana que vem.

A comissão de Saúde está trabalhando, e o deputado Volnei Morastoni vai trazer elementos. Houve audiência, ontem, com deputados e vereadores, com a secretária Tânia, da saúde, e esperamos que se reflita a respeito dessas questões e se volte para o caminho, pelo menos, razoavelmente aceitável.

Quero trazer outro assunto rapidamente. No próximo dia 5 de outubro completa cinco anos da absorção do antigo Banco do Estado de Santa Catarina pelo Banco do Brasil. O Besc foi absorvido, como todos nós sabemos, pelo Banco do Brasil, depois da federalização e etc., sendo que o prazo estipulado naquele contrato termina, esgota no dia 5 de outubro próximo.

E algumas questões ficam no ar. Como o Besc foi federalizado, por fim o Banco do Brasil o absorveu, a dívida da federalização ficou com o estado de Santa Catarina e a maior parte da dívida que o governo catarinense tem com a união é oriunda dessa federalização. Aliás, uma dívida que é igual à dívida brasileira, quanto mais paga, mais deve, gasta a metade do orçamento pagando dívida e ele fica cada vez maior e ninguém quer refletir sobre esse assunto também, ninguém fala sobre esse assunto.

Outras questões que precisam ser refletidas sobre o acordo do governo do estado de Santa Catarina com o Banco do Brasil. Como ficará a conta salário dos servidores estaduais a partir de cinco de outubro? A marca Besc, enfim, desaparecerá? É isso? E manter-se-ão abertas todas as agências do antigo Besc, que

agora é Banco do Brasil, nas 295 cidades catarinenses? Se o Banco do Brasil chegar à conclusão de que não compensa manter uma agência bancária em municípios com menos de cinco mil habitantes? Voltaremos a esse debate, com certeza, nas próximas semanas com outros dados e números, mas esse assunto precisa ser tratado por esta Assembleia e pelos poderes do estado de Santa Catarina.

Para concluir, quero falar de novo do salário do servidor da Segurança Pública e da tabela de remuneração que apareceu nas últimas horas, onde passaria a remuneração dos referidos servidores para a modalidade de subsídios. A tabela tem causado certa dificuldade de ser absorvida por parte dos servidores. Os meus radesores indicam que a base pode dizer não para aquela tabela pela distorção, caiu de R\$ 26 mil lá os de cima para R\$ 4.500,00 os de baixo. O prazo para pagar é maior que o do Magazine Luiza, deputado Kennedy Nunes, terminará de pagar lá no meio do próximo mandato de governo de estado. Evidentemente, este debate crescerá nos próximos dias. A nossa categoria vai se reunir para debatermos. Mas é importante que se perceba que de R\$ 26 mil para a cúpula, o teto, para R\$ 4.500,00 existe uma distorção razoável em proporção.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Marcos Vieira, os próximos minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Na ausência de representantes do DEM que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, amigos da TVAL e da Rádio Alecs Digital, vou tecer alguns comentários em relação ao que está prestes a acontecer com o leilão da Eletrobras que ocorrerá no próximo dia 29 em Brasília.

Estão na pauta várias usinas. Uma no Rio de Janeiro, de 585 megawatts/h, do Grupo Eike Batista, que vai utilizar carvão importado da Colômbia. Uma de 650 megawatts/h e outra de 600 megawatts/h no Rio Grande do Sul. E o projeto Usitesc do sul de Santa Catarina, especificamente no município de Treviso, reduzida de 440 megawatts/h para 300 megawatts, possibilitando assim ser listada no processo para o leilão que vai ocorrer no dia 29. O estado de Santa Catarina fez, e com muita propriedade, através da equipe fazendária, com os seus técnicos e o secretário Gavazzoni, todo o arranjo fiscal e tributário. Isso por determinação do governador Raimundo Colombo e de Eduardo Pinho Moreira. Concomitantemente, o estado do Rio Grande do Sul o fez, flexibilizando esta questão tributária e fiscal, dando segurança jurídica e condições para que os investidores essencialmente pudessem acreditar e fazer os seus investimentos, deputado Manoel Mota.

Ontem saiu uma notícia, e hoje pela manhã o comentarista e jornalista Adelor Lessa fazia o comentário, de que o projeto Usitesc estaria excluído do processo em função da escrituração do terreno que era um dos quesitos dos procedimentos, o rito, que o leilão exigia. Portanto, houve realmente um

contratempo nesse processo, mas continua listado no projeto da Usitesc o leilão no próximo dia 29. O consórcio encabeçado pelas carboníferas Criciúma e Metropolitana adquiriram o terreno, porém ainda está em fase de transição da escrituração. Por essa razão está *sub judice* técnico.

Entendemos que, efetivamente, o leilão com a inclusão do projeto da Usitesc está garantido. Mesmo que, na pior das hipóteses, não consigamos entrar neste leilão, no final do ano vamos ter um novo leilão e, aí sim, fatalmente, Santa Catarina estará incluída neste processo. É o momento oportuno da quebra de paradigmas de décadas em que o carvão, a partir do governo Fernando Collor, perdeu o subsídio, resultando na demissão de milhares e milhares de funcionários. Agora volta à carga dentro de uma nova vertente, de uma perspectiva promissora, de uma tecnologia avançada, de ponta, utilizada em países desenvolvidos, principalmente a Alemanha, que neste ano aumenta sua matriz energética em 5.300 megawatts.

Nos subsolos catarinense e gaúcho as reservas ultrapassam 32 bilhões de toneladas de carvão que precisam ser exploradas. Precisamos fortalecer a questão da pesquisa e do desenvolvimento, criando mecanismos para extração dos subprodutos para a cadeia produtiva do carvão. Veja, deputado Volnei Morastoni, um exemplo. Num país que produziu 190 milhões de toneladas de grãos e que importa os insumos agrícolas, principalmente o sulfato de amônia que vem da Rússia, imaginem o custo das *commodities*, o Custo Brasil, que se altera em função dessa logística. Nós temos esse produto agregado à cadeia do carvão e poderíamos ser autossuficientes em sulfato de amônia para geração de fertilizantes, da cinza para a indústria cimenteira. Hoje, 30% do cimento utilizado no Brasil é cinza do carvão, carvão nacional e carvão importado, e poderíamos fortalecer ainda mais, principalmente porque temos um déficit de mais de 10 milhões de brasileiros sem um endereço, sem ter condição digna de teto próprio, de ter a dignidade que todo ser humano é merecedor que é ter uma casa.

Com isso poderíamos baratear os custos das obras, sem contar que a Petrobras no seu estudo mostra que há condições de produzir 133 mil barris de petróleo e óleo que importamos da Nigéria para fazer o Brent nacional, isto é um terço da produção nacional, da demanda de consumo nacional, 133 mil barris/dia durante 50 anos.

Agora, é evidente que é preciso vontade política, e quem faz a pasta é o titular, e eu culpo todos os governos que passaram pela falta de planejamento, de investimento, de orçamento para que pudéssemos criar sustentabilidade em vários setores, dando condições, sr. presidente, de segurança jurídica para os investidores, fugindo desse aporte, desse lado negro da questão cambial, porque em muitos momentos o gás dispara de uma forma sem precedentes, tornando totalmente vulnerável o setor industrial, não só em Santa Catarina, mas em nível de Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

(Pausa)

Na ausência da liderança do PSD, o próximo horário pertence ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados,

telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSc Digital, visitantes que prestigiam o nosso Parlamento na manhã de hoje. Gostaria de fazer algumas colocações que considero importantes para a região sul do estado.

Há 30 anos tive a honra de ser prefeito na minha cidade de Araranguá, e estava, na época, sendo construído o Hospital Regional de Araranguá. E não podíamos credenciar este hospital ao SUS se não descredenciássemos o Hospital Bom Pastor.

O Hospital Regional de Araranguá, que é o único hospital público da região, foi administrado pelo grupo São Camilo, de São Paulo, mas não deu certo; depois foi administrado por uma fundação de Araranguá, mas também não deu certo; e mais tarde foi administrado pela Unesc. E se a universidade, ao invés de ter criado o curso de Medicina em Criciúma, o tivesse criado em Araranguá, com certeza ela teria dado um banho de trabalho. Mas acabou que o Conselho não aceitou mais que a Unesc ficasse no hospital. Ela prestou o seu trabalho, que acabou não sendo tudo aquilo que se esperava. Depois veio uma entidade dessas já licitadas pelo governo, e a primeira também não deu certo. Agora está lá a segunda entidade administrando o hospital.

Queremos dizer que estamos fazendo um esforço fora do comum para que possamos fazer com que aquele hospital seja não apenas um hospital de Araranguá, mas, sim, um regional!

Ontem, eminente deputado Volnei Morastoni, que preside a comissão, estivemos reunidos com toda Câmara de Vereadores de Araranguá tratando desse assunto, que é importantíssimo. Também tivemos uma reunião com a secretária Tânia Ederhardt e com o secretário-adjunto, Acélio Casagrande discutindo nessa direção. Os prefeitos da Amesc e os 15 secretários e secretárias de Saúde estiveram reunidos elaborando um plano para o hospital e tratando com essa entidade, a OS que o assumiu, e a secretaria da Saúde para que ele possa, realmente, ser transformado num hospital regional - e esse sempre foi o meu sonho.

Quando eu fiz uma emenda e o entreguei para uma universidade, o meu sonho era transformá-lo num hospital universitário. Hoje sabemos que a Universidade Federal de Santa Catarina criou o curso de Medicina em Araranguá. Então, a esperança não acabou!

Neste momento, estamos trabalhando para buscar uma integração do vale do Araranguá com o hospital e fazer com que haja investimentos muito fortes na área da saúde, com a compra de aparelhos modernos para termos, pelo menos, a média complexidade na nossa região - e nós sonhamos mesmo é com a alta complexidade. Temos no hospital um tomógrafo de primeiro mundo e agora estamos buscando os encaminhamentos para que ele seja um hospital referência, já que é público.

Realizamos uma audiência pública em Araranguá, tendo em vista o pedido de criação de UTI Neonatal, porque hoje isso é um problema muito sério. Todas as mães que ganham crianças prematuras acabam tendo problemas, porque há dificuldade de UTI Neonatal em Santa Catarina - e esse problema não ocorre somente aqui no nosso estado, ele ocorre também no Rio Grande do Sul e no Paraná.

Conseguimos, pelo menos, uma UTI Neonatal para Araranguá, com dez leitos: quatro na emergência, quatro intermediários e dois para as mães quando tiverem algum problema. E também conseguimos dez leitos para a UTI. Então, totalizaram 20 leitos em Araranguá.

Então, estamos caminhando a passos largos para buscar grandes alternativas para poder viabilizar a saúde no Hospital Regional de Araranguá e realizar o sonho de toda nossa gente para a qual trabalhamos há tanto tempo.

No mesmo caminho, aprovamos um requerimento que levou uma audiência pública a Araranguá para tratar da questão de um curso de Medicina. Estiveram lá conosco o eminente deputado Pedro Uczai, o deputado Jorge Boeira, e a reitora da Universidade Federal. E num trabalho com muita gente, uma participação com a casa lotada, a reitora assumiu o compromisso de em 2016 abrir 30 vagas para o curso de Medicina, e em 2017 mais 30 vagas.

Então, vemos uma luz, as nuvens se dissipam com a possibilidade de melhorar a qualidade da saúde e, também, o meu pensamento continua. De repente, com o curso de Medicina, transformaremos num hospital universitário, entregando para a Universidade Federal de Santa Catarina.

Então, essa possibilidade é possível, é grande, mas enquanto isso vamos trabalhando com muita ação, com muita luta, uma luta de todos, uma luta dos prefeitos municipais. O prefeito Ronaldo Carlesse fez esse trabalho na Amesc com os 15 secretários, com os prefeitos municipais, integrando ao Hospital Regional de Araranguá. Acredito que diminuiremos as ambulâncias nas BRs. Vamos buscar bons e grandes encaminhamentos. É uma perspectiva muito importante, e esperamos que os resultados aconteçam.

Essa comissão que está trabalhando tem até o dia 29 para entregar todo o plano de trabalho sobre os 15 municípios e o hospital aqui para a secretaria da Saúde. Depois a secretária da Saúde vai preparar para poder ir a Araranguá e lá tomarmos as medidas que forem necessárias. Esse é o sonho da população inteira, e estamos vendo caminhar a passos largos.

É uma luta que se vai conquistando aos poucos, e abrindo os caminhos em busca dos resultados e de tranquilidade para toda a população do extremo sul de Santa Catarina.

Hoje teremos uma reunião na Celesc, com os prefeitos, com os parlamentares, para reforçar a energia na região, porque empresas começaram a se instalar, deputado Moacir Sopelsa, e começou a haver problemas com energia.

A CTA, com 1,5 mil empregos, quem levou? A Aliance, com dois mil empregos, está tendo que trabalhar à noite. Agora foi feita uma subestação em Forquilha, uma nova linha para a região de Araranguá, mas mesmo assim ainda precisa de investimento.

Acho que estamos vivendo momentos importantes, fundamentais para o desenvolvimento de toda região. E hoje também vamos tratar do assunto da subestação de Praia Grande. Também vai sair a Serra do Faxinal, e as empresas de Lages, de Caxias do Sul vão se instalar ali e evidentemente não haverá energia se não tiver a subestação.

Mas vamos ter um grande trabalho da Celesc e esperamos poder colher os resultados.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

V.Exa. traz dois assuntos importantíssimos. Sem saúde não vamos a lugar nenhum, e sabemos das dificuldades que as pessoas têm hoje para serem atendidas.

O governador Raimundo Colombo e o secretário adjunto da secretaria da Saúde

conseguiram com a presidente Dilma Rousseff recursos para melhorar o pagamento do SUS em relação aos hospitais de Santa Catarina, acredito que da região sul também. Refiro-me ao Hospital São Francisco, em Concórdia, que vai ter uma alteração na tabela do SUS, possibilitando atendimento melhor às pessoas trabalhar com mais recursos.

Quero me referir a outro assunto que v.exa. colocou que é a questão da energia elétrica e dizer que temos no interior aquilo que se tem na indústria, no comércio. Hoje, as propriedades agrícolas, deputado Valmir Comin, que têm matrizes de leite, avicultura, suinocultura, equipamentos mais potentes, mais modernos, ficam prejudicadas porque as redes de energia elétrica são muito antigas e não dão carga suficiente para poder modernizar, para poder ampliar. Quero cumprimentar v.exa. e parabenizá-lo pelo seu pronunciamento.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço ao eminente deputado Moacir Sopelsa, e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Concedo um aparte ao eminente deputado Valmir Comin.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Manoel Mota, parabênizo v.exa. pelo tema abordado. É um tema importante não só em Santa Catarina, mas em nível de Brasil.

É evidente que um dos alicerces é a questão da gestão. Agora, gestão sem investimento, sem recursos não há a mínima condição. A tabela SUS cobre hoje pelos trabalhos prestados em torno de R\$ 700 mil, e o governo coloca R\$ 2 milhões. Ora, se reajustar tão somente a tabela SUS, já é o suficiente para tocar todo esse processo.

Por isso, é chegado o momento do governo federal fazer a sua parte.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Obrigado, deputado Valmir Comin.

O nosso vice-governador Eduardo Pinto Moreira é tratado como o governador do sul pelo grande compromisso que tem com aquela região, vai participar efetivamente de todo esse processo. Hoje às 16 horas estará na Celesc tratando da questão da energia que é fundamental e da saúde, pois esperamos, sim, que até outubro...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT. Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que nos acompanha aqui, população que nos acompanha pela TVAL.

Vou falar hoje sobre o programa do governo federal Mais Médicos. Vou falar em defesa, em favor porque foi muito bem pensado e muito acertado por parte do governo federal. Quero começar dizendo que, nas últimas horas, recebemos a boa notícia que chegarão ao Brasil quatro mil médicos cubanos. Sejam muito bem-vindos os quatro mil médicos cubanos!

Tive oportunidade de várias vezes estar em Cuba, sempre motivado por questões de saúde. Em 1986, foi a primeira vez que fui a Cuba num congresso cubano e pan-americano de Pediatria. Depois, estive lá em outras oportunidades. No ano passado, estava em Havana participando de um encontro parla-

mentar das Américas, inclusive, fui eleito neste encontro para a vice-presidência de uma comissão Parlamentar das Américas que reúne parlamentares do Canadá, Estados Unidos, de toda a América Central e da América do Sul. Sou vice-presidente da comissão de Saúde dessa confederação, cuja presidente é uma médica cubana.

Quero dizer que das oportunidades em que estive em Cuba, sou testemunha do quanto os médicos cubanos têm uma formação exemplar de atenção básica e também nas especialidades. Eles são estudantes e pesquisadores. Cuba forma médicos para as necessidades da atenção básica do país, mas felizmente eles também têm uma visão internacionalista. Cuba forma médicos para o mundo, com a missão internacionalista.

Há essa visão solidária, internacionalista dos médicos cubanos, de uma medicina exercida no verdadeiro sentido da sua razão de ser. Por isso, aportaram aqui no Brasil quatro mil médicos cubanos. Já temos nos estados e municípios brasileiros muitos médicos cubanos que trabalham. Serão muito bem-vindos. Tenho certeza de que ajudarão significativamente neste momento em que o Brasil detectou, e não pode mais ficar adiando, essa necessidade imperiosa de termos mais médicos cobrindo as necessidades das cidades, das periferias das capitais, das regiões metropolitanas e também do imenso interior do Brasil.

Inclusive, todas as notícias estão mostrando que nessa primeira etapa do programa Mais Médicos foi atendida uma parte apenas. Em Santa Catarina foram contratados 63 médicos, beneficiando 35 municípios, embora na relação oficial de Santa Catarina tenha muito mais municípios. E, ainda, como costuma acontecer nessas condições, os médicos se inscreveram para a região litorânea. Então, o ministério precisa estabelecer mais critérios ainda. Mas entendo que nessa primeira etapa os médicos vão escolhendo as cidades e vão suprindo onde há necessidade. E, com relação aos médicos estrangeiros, inscreveram-se 34 médicos, sendo que aí já serão beneficiados municípios do interior, como Correia Pinto, Mafra, Monte Castelo, Nova Erechim, Saudades, Xanxerê. Agora o governo abre a segunda etapa do programa. Nessa segunda etapa começam a chegar também os médicos cubanos.

Bom, neste sentido, quero me manifestar com todo o respeito que tenho às entidades médicas. Sou médico e tenho todo respeito ao Conselho Federal de Medicina pelo importante papel que desempenha no país; à Associação Médica Brasileira, com cujo presidente eu tive inúmeros encontros ultimamente sobre o Saúde Mais Dez, inclusive estivemos juntos em Brasília entregando milhares de assinaturas do movimento; à Associação Catarinense de Medicina; ao presidente dr. Aguiel, e labutamos muito juntos no Saúde Mais Dez; ao Conselho Regional de Medicina; ao Sindicato dos Médicos que ajudei a fundar em 1º de setembro de 1979, quando recém-formado, mas as entidades médicas, infelizmente, têm uma visão muito corporativista. As entidades médicas não aceitam, não querem mais faculdades de Medicina, mais curso de Medicina, não querem mais médicos.

Hoje, nós temos 1.9 médicos por mil habitantes no Brasil. O ministério da Saúde pretende até 2020 chegar em 2.5 por mil habitantes para poder atender a grande expansão dos serviços de saúde. O governo federal está criando inúmeros programas como as redes de atenção de urgência e emergência e, dentro dessas redes, além da atenção

básica, além do Samu, além das UPAs, além de toda atenção hospitalar o governo criou também a atenção domiciliar, que é o atendimento, internamente, em casa. Uma inovação também extraordinária que se introduz na atenção médica.

Há necessidade de mais e mais médicos. Precisamos formar muito mais médicos, estamos com quase 400 mil médicos, mas precisamos formar mais de 200 mil médicos nos próximos dez anos. E no ritmo que está não vamos atender às grandes necessidades de mais médicos para o Brasil.

Então, do ponto de vista da população, do ponto de vista do SUS, do ponto de vista da saúde pública, o governo está certo. Do ponto de vista das corporações que não querem mais médicos, mais escolas de medicina, elas estão certas, mas, infelizmente, elas estão contra uma realidade nacional e contra a imensa necessidade do povo brasileiro.

Por isso que o governo está certo nesse programa, muito certo, e temos que ir aperfeiçoando na medida em que o programa vai avançando, temos que garantir aos profissionais, como os médicos cubanos que estão chegando, que possam ir para o interior do nosso estado e para o interior do Brasil. Em Santa Catarina, nós já falamos aqui, 70% dos médicos estão na Grande Florianópolis, na minha cidade de Itajaí, em Blumenau e em Joinville, e faltam médicos em todo o estado.

Concordo com as colocações do meu querido deputado Valmir Comin, que há pouco se manifestou, e também com o aparte do deputado Moacir Sopelsa, nunca teve tanto dinheiro para a saúde. A saúde está estabelecendo novos paradigmas através das redes de cuidados. Não dá para ficar na tabela do SUS, porque está vencido esse discurso de tabela do SUS. Há muito dinheiro, um volume de dinheiro que está vindo para os estados e para os municípios através das chamadas redes de atenção, as redes de cuidados. O cuidado tem que se fazer através de redes de cuidado, estabelecendo metas e resultados. Não dá mais para pagar apenas por procedimento de tabela como se isso resolvesse qualquer problema, está superado e vencido. Temos que nos adaptar a uma nova realidade, a uma modernidade. Felizmente, Santa Catarina sintonizou-se com o governo federal e está sendo um estado pioneiro. Santa Catarina está recebendo uma avalanche de recursos para a saúde. Estava de costas para o governo federal, estava de costas para o ministério da Saúde até bem pouco tempo atrás, infelizmente, mas o governo acordou.

Participei de várias reuniões no ministério da Saúde, estive lá pessoalmente acompanhando a bancada dos deputados estaduais e federais de Santa Catarina, quando da reunião do sr. governador Raimundo Colombo com a presidente Dilma Rousseff, e dessas reuniões com o ministro Alexandre Padilha deflagrou-se um processo que Santa Catarina entrou em sintonia.

Então, é preciso que sejam dadas condições para que essas redes de atenção sejam implantadas em todas as áreas, as redes de atenção de emergência e urgência, a rede cegonha, a rede de atenção psicossocial, a rede para as pessoas com deficiência, a rede de portadores de doenças crônicas. São muitos programas, é dinheiro novo que vem por esse caminho.

Por isso, do ponto de vista do interesse da maioria da população, do ponto de vista dos interesses do SUS, do ponto de vista do interesse da saúde pública, o governo está muito certo. E que este programa, Mais Médicos, tenha vida longa, todo sucesso para o

bem da saúde do povo de Santa Catarina e do Brasil.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, apenas para registrar a presença, nesta Casa, do dr. Paulo Goldman, advogado do município de Cunha Porã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias, as quais terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno:

Projetos de Lei n.s.: 0009/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; e 0086/2013, de autoria do deputado Darci de Matos. Esses projetos receberam parecer contrário na comissão de Constituição e Justiça e terão tratamento de acordo com o Regimento Interno.

Também comunica que a comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável à seguinte matéria: Ofício n. 0026/2013, encaminhando documentação para a manutenção de título de entidade.

Comunica, outrossim, que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s.: 0183/2013, 0280/2013, 0441/2013, 0456/2013 e 0511/2013, todos de entidade social, encaminhando documentação para manutenção de título de entidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0045/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0098/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0107/2013, de autoria bancada do PMDB.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0125/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0177/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0255/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0298/2013, de autoria da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art.206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0522/2013, de autoria da deputada Angela Albino, e 0523/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Comunica, ainda, que defere os seguintes Requerimentos n.s.: 0900/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0901/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0902/2013, 0903/2013 e 0904/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Discussão e votação da Moção n. 0084/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, manifestando ao governador do estado e ao presidente do Tribunal de Justiça, apoio pela determinação do repasse de 20% dos recursos de todos os fundos estaduais ao Fundeb para fins de desenvolvimento da educação básica.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação da Moção n. 0085/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, manifestando ao procurador-geral de Justiça do Ministério Público, apoio à criação, manutenção e incentivo para a melhor e maior atuação da Promotoria da Educação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada. Pedido de Informação, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviado ao secretário de Estado da Casa Civil por meio do governador do estado, solicitando informações relativas a criação, regulamentação e funcionamento da empresa SC Parcerias Ambiental S/A.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, outro assunto que me trás de volta à tribuna é para lamentar a posição do governo do estado sobre a Conferência das Cidades, que já teve a etapa municipal agora, em agosto, e em setembro terá a estadual e depois a nacional.

Estou perplexo e faço um apelo a esta Casa e aos srs. deputados, porque o governo do estado tomou uma posição para esvaziar a Conferência das Cidades. É profundamente lamentável.

Por acaso, na semana passada, numa quinta-feira, há uma semana, estava no

Centro Administrativo, na secretaria de Planejamento, acompanhando uma comitiva de Balneário Camboriú e Camboriú para tratar de mudança de divisas nos municípios.

Ao sair desta audiência, fui abordado pelos representantes dos Conselhos das Cidades do estado, que estavam reunidos numa sala naquele local. Estavam desanimados, tomando a decisão de cancelar a participação na Conferência das Cidades, porque o governo do estado destinou apenas R\$ 42 mil para este evento. Um evento do maior interesse do nosso estado na verdade.

Vejam bem, a última conferência teve a participação de menos de 60 cidades, esta conferência agora já tem a inscrição de 255 municípios, quase um número recorde. Temos 300 municípios no estado, e 255 já se inscreveram, a previsão é de mais de mil participantes, sendo que 50% a 60% desses participantes são delegados de Organizações Não Governamentais, os outros são delegados oficiais, chapa branca, dos municípios, dos estados, e que também são importantes, porque temos que congregamos representantes governamentais das cidades do estado e representantes não governamentais, é assim que se faz nesse pluralismo a democracia. Na democracia direta, a participação direta da população é fundamental em todos os conselhos e nas conferências, porque as conferências da saúde, da educação, do meio ambiente, da assistência social, das cidades, são democracia direta que o povo que saiu às ruas clamou, pediu. Mas o povo também quer participar diretamente da democracia indireta, representativa, que exercemos aqui nas instâncias institucionais, nas Câmaras de Vereadores, nas prefeituras, nos governos, nos ministérios, nas secretarias de estado, na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional. E a conferência é um acontecimento oficial imperioso, até porque está claro no regulamento que os estados que não realizarem essas conferências não poderão acessar os programas do ministério das Cidades.

Portanto, não realizar essa Conferência das Cidades, é prejudicar o estado, é prejudicar a população do estado de Santa Catarina em vários programas do governo federal.

Mas qual é o problema? O problema é que em todo evento dessa natureza, para propiciar a vinda desses delegados não governamentais, muitos são pessoas pobres, com carências, com dificuldades para vir até a capital e passar dois dias, três dias - há o deslocamento, o alojamento, a alimentação -, o estado cobre essa despesa. E estão previstos R\$ 200 mil do orçamento do estado para essa finalidade. Esse valor já foi previsto, deputado Padre Pedro Baldissera, presidente desta sessão, porque já se tinha esse objetivo, foi colocado no PPA e no orçamento, foram colocados R\$ 200 mil para essa finalidade, para poder abrigar, receber os delegados não governamentais.

Então, eu saí daquela reunião e passei a efetuar várias tratativas, inclusive ontem com o presidente da nossa Casa, chamando também o deputado Aldo Schneider, líder do governo nesta Casa, que foi pessoalmente conversar com o secretário do Planejamento, mas a resposta foi que será apenas esse valor de R\$ 42 mil e nada mais, nada mais! Que essa é a posição oficial do sr. governador. Sr. governador, desculpe-me, mas v.exa. está equivocado, porque mais R\$ 160 mil para poder propiciar a vinda, a hospedagem e a alimentação desses delegados que vêm de todo o estado, de pessoas que muitas vezes têm dificuldades, como eu disse...

Tenho certeza de que esse seria um dinheiro muito bem empregado, e assinado embaixo pela imensa maioria do povo catarinense. É um dinheiro previsto, um dinheiro legal e, lamentavelmente, essa recusa do governo do estado...

Em mãos tenho os documentos da troca de correspondências do Conselho Estadual das Cidades, subscritos pelos seus membros que compõem a direção desse conselho, fazendo todos os apelos ao governo do estado para a liberação desses recursos.

(Passa a ler.)

[...] "Diante do exposto, a Comissão de Mobilização da 5ª Conferência Estadual das Cidades, reunida em 05 de agosto de 2013, informa que, haja vista a impossibilidade de execução financeira do evento, comunicará tal fato ao Ministério das Cidades, ao Conselho Nacional das Cidades e aos 251 municípios catarinenses que realizam suas conferências até o momento." [sic]

O governo respondeu dizendo que não havia problema e que daria um despacho. Eu tenho em mãos aqui o despacho de um representante do governo do estado, que começa dizendo o seguinte:

(Passa a ler.)

"O orçamento não é impositivo" - e todos nós sabemos disso. "Além disso, a queda da arrecadação leva a ajuste em todas as áreas." [...]

E no final conclui, dizendo o seguinte:

[...] "solicitem os recursos necessários à União, que detém 70% dos recursos arrecadados em nosso país." [sic]

Vejam que mais infeliz ainda foi esse despacho desse representante do governo do estado, debochando, porque o ministério das Cidades está recebendo delegados de todo Brasil para a Conferência das Cidades e está bancando transporte, alimentação e alojamento.

Mas é lógico que cada estado deve bancar os delegados do seu estado. Isso é uma questão de cidadania. Esse despacho é um deboche e um pouco caso. E o governo teria dito que a conferência irá acontecer de qualquer maneira, se os delegados não governamentais não quiserem participar... É lógico, porque apenas quer cumprir tabela, apenas vai fazer por fazer e não interessa ouvir as opiniões da população e dos delegados que trazem os debates acontecidos nas cidades.

Então, isso é uma negação da cidadania e da democracia. E é um estado que tem sido aquinhado com recursos federais de forma primorosa e substancial. São bilhões e bilhões que o governo federal tem aquinhado ao nosso estado de Santa Catarina.

É lógico que precisamos fazer uma reforma tributária. Mas não é nesse momento, com uma querela dessa natureza, por causa de R\$ 160 mil para se dar condições de realizar um evento dessa magnitude, que é a Conferência das Cidades em Santa Catarina, que vai fazer diferença nos recursos do estado de Santa Catarina.

Então, faço aqui outro apelo também ao deputado Maurício Eskudlark, que aqui está e com a liderança que exerce junto ao governo, para que possamos convencer o governo do estado do seu equívoco e que reverta na próxima semana essa posição ainda em tempo de poder dar condições para que os municípios venham ao nosso estado. E ela está marcada para acontecer no Centro de Eventos do município de São José.

Portanto, deixo esse apelo ao governo do estado, ao secretário...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesec, a nossa saudação.

Registro a presença do vereador Edison Souza, do município de Tijucas, que está tratando de assuntos do interesse daquele município.

Ontem tivemos a presença, nesta Casa, dos vereadores Pereira e Lulu, do município de Araranguá, que participaram de uma audiência na comissão de Saúde, tratando das questões do hospital de Araranguá. Também outros assuntos foram tratados pela bancada do sul, que é muito atuante e sempre, dentro do possível, estamos apoiando e ajudando. Tratamos, ainda, da questão do acesso sul que é uma reivindicação e um projeto que o governo do estado, certamente, logo dará todo o seu empenho para que efetivamente aquela obra venha a acontecer.

Registro que no dia de ontem tivemos uma reunião na Câmara de Vereadores de Itajaí, onde estava presente o deputado Volnei Morastoni, grande líder daquele município e sempre presente em todas as questões de saúde do nosso estado e todas as questões relacionadas principalmente com a foz do rio Itajaí.

Por uma iniciativa do vereador Carlinho tivemos audiência com a presença de várias autoridades, da secretária regional, Eliane Rebello, do presidente da Parlaanfri, o vereador Lino, de Antônio Aires, superintendente do Porto de Itajaí, do nosso vice-prefeito do município de Navegantes, do vereador Tiago Morastoni, que é autor da proposição de instalação de uma CPI da telefonia móvel naquele município, enfim, muitas lideranças presentes.

E é importante que esse assunto seja discutido, seja analisado o mais rapidamente. Com a participação da Associação dos Municípios e a Associação dos Vereadores, temos que tratar daquela obra tão importante para o desenvolvimento da região.

Hoje, a única ligação que temos vindo de Piçarras, passando por Penha, Navegantes, Itajaí e que liga a Balneário Camboriú, podendo ligar todos esses municípios, fora a BR-101, é o *Ferry Boat*. E vemos grandes obras acontecendo. Há poucos dias fui a Tubarão, Laguna, Araranguá, e pude ver a obra da ponte de Laguna, uma obra majestosa, que além de importante para o transporte, vai ser também uma obra de arte, vai engrandecer a cultura, vai engrandecer a parte turística de Santa Catarina, pelo que verificamos no projeto que foi levantado. E a ligação Itajaí a Navegantes, Navegantes a Itajaí, também precisa desse investimento. Precisamos ter transporte coletivo interligando aqueles municípios, para não depender da BR-101 que constantemente está parada, já que não suporta mais o tráfego de veículos que está recebendo.

Então, quero parabenizar a Câmara de Vereadores de Itajaí. Foi criada uma comissão. Estaremos junto com o deputado Volnei Morastoni, com o deputado Dado Cherem, pois temos residência nos municípios de Balneário Camboriú e Itajaí. Assim, precisamos lutar por uma questão que é regional e que é muito importante.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Concedo um aparte ao deputado Volnei Morastoni.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Meu caro amigo deputado Maurício Eskudlark,

também quero registrar aqui a nossa participação na audiência pública ontem na Câmara de Vereadores de Itajaí. Foi uma boa audiência para retomar esse debate dessa ligação, pois hoje estamos refêns ou da BR-101, frequentemente interditada, inclusive com uma ponte sobre o rio Itajaí-Açu, ou da travessia por *Ferry Boat* e balsa com filas quilométricas, principalmente em vários meses do ano.

Então, precisamos da ligação através de um túnel ou de uma ponte sobre o rio Itajaí-Açu ligando Itajaí a Navegantes. Já temos vários estudos e vários pré-projetos. Temos que juntar esses estudos feitos, definir um túnel ou uma ponte.

E essa comissão, encabeçada agora pelas duas Câmaras de Vereadores, de Itajaí e Navegantes, com o nosso apoio, com o apoio de v.exa., com o apoio do deputado Dado Cherem, vamos procurar recursos junto à bancada federal porque é importante para o desenvolvimento regional, para a integração regional, pois não podemos mais conviver com a situação.

Então, quero agradecer imensamente também a presença de v.exa. que conhece a realidade e vai nos ajudar sobremaneira buscar esse objetivo.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado Volnei Morastoni! Temos o governo do estado investindo R\$ 50 milhões no Hospital Marieta Konder Bornhausen. Existem outros investimentos do governo do estado, mas uma das prioridades neste momento, no meu entendimento, em razão da mobilidade, em razão da necessidade das pessoas que moram em Itajaí e trabalham em Navegantes, principalmente as que trabalham em Itajaí e moram em Navegantes ou em Penha, é uma necessidade muito grande.

Em 1977 quando iniciei a faculdade de Direito em Itajaí, o sistema de transportes já era aquele. Quantos anos se passaram! São 36 anos, e temos o mesmo sistema de transportes.

Precisamos e vamos buscar uma solução de uma ponte ou túnel. Temos que pensar no ciclista, no pedestre, no transporte coletivo integrado, e com a abertura dessa ligação, sem necessidade de acesso à BR-101, teremos, sim, uma melhora da qualidade de vida com a melhora da mobilidade urbana. Então, foi uma reunião muito produtiva.

Esse movimento, agora, tem que ganhar corpo com previsão no orçamento federal, estadual e já foi elencado como prioridade regional no orçamento participativo, mas, efetivamente, na busca da execução do melhor projeto - se vai ser ponte ou túnel, isso a engenharia vai dizer -, e na busca da licitação da obra. Assim, queremos parabenizar a Câmara de Itajaí; o vereador Carlinho, que foi o proponente da audiência pública; todas as pessoas que participaram; as associações empresariais de Itajaí e Navegantes, que são importantes para aquele projeto, e a comunidade que vai ser efetivamente atendida por aquela obra. Muito obrigado! (SEM REVISÃO DO ORADOR) O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não há mais oradores inscritos. Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para segunda-feira, às 19h, em comemoração ao Dia do Maçom.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 028ª SESSÃO ESPECIAL

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2013, ÀS 19H

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

HOMENAGEM AO DIA DO MAÇOM

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as autoridades que serão nominadas:

Excelentíssimo senhor Antônio Marcos Gavazzoni, secretário de estado da Fazenda, neste ato representando o governador do estado de Santa Catarina, João Raimundo Colombo;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Cesar Souza Júnior, prefeito de Florianópolis;

(Palmas)

Senhor Wagner Sandoval Barbosa, grão-mestre, eminente irmão do Grande Oriente do Brasil - Santa Catarina;

(Palmas)

Senhor João Eduardo Noal Berbigier, grão-mestre, sereníssimo irmão da Grande Loja de Santa Catarina;

(Palmas)

Senhor Alaor Francisco Tissot, grão-mestre, sereníssimo irmão do Grande Oriente de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores.

A presente sessão comemorativa ao Dia do Maçom foi convocada por solicitação da Mesa Diretora e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares.

Neste momento teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à apresentação do hino.)

Esta Presidência registra e agradece a presença das seguintes personalidades:

Irmão João Ari Dutra, representante da Casa do Jornalista;

Irmão José Silvío da Fonseca, grão-mestre adjunto do Grande Oriente do Brasil de Santa Catarina;

Senhor Maurino Fermio Martins, secretário-executivo do Grande Oriente do Brasil de Santa Catarina;

Irmão José Carlos Pacheco, ex-presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina e grão-mestre do Grande Oriente de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Grão-Mestre Honorário do Grão-Oriente do Brasil irmão Elmo Bittencourt;

Senhor Leandro Domingues, diretor da Fundação Catarinense de Educação Especial;

Senhor Antônio Schraim, procurador-geral, neste ato, representando o presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, em exercício, vereador Tiago Silva;

Senhor Hiram Aparecido Simões de Almeida, superintendente regional do Banco do Brasil;

Professor Osvaldir Ramos, neste ato representando o presidente do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, Maurício Fernandes Pereira;

Vereador Andrei Pestana de Farias, da Câmara Municipal de Laguna;

Senhor Júlio César Marcelino, procurador-geral de Florianópolis;

Coronel Fernando Rodrigues de Menezes, secretário-adjunto da Segurança Pública de Santa Catarina, neste ato representando o secretário, César Augusto Grubba.

Convido a mestre-de-cerimônias Soraia Boabaid para proceder à nominata dos homenageados.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS - Neste momento o Poder Legislativo catarinense, em sessão especial comemorativa ao Dia do Maçom, presta homenagem à Maçonaria catarinense pelo trabalho realizado na busca da paz, da fraternidade e da justiça entre os homens, visando ao culto da moral e à prática da solidariedade, incentivando o progresso intelectual e social da humanidade para uma sociedade mais justa e igualitária.

Convido o sr. deputado Joares Ponticelli, presidente do Poder Legislativo, para fazer a entrega da homenagem ao grão-mestre, irmão Wagner Sandoval Barbosa, neste ato representando o Grande Oriente do Brasil de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o grão-mestre sereníssimo, irmão João Eduardo Noal Berbigier, neste ato representando a Grande Loja de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o grão-mestre sereníssimo, irmão Alaor Francisco Tissot, neste ato representando o Grande Oriente de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade às homenagens, o Poder Legislativo catarinense presta também homenagem aos irmãos há mais tempo na atividade maçônica.

Convido para receber a homenagem Roberto Blasi Olympio de Oliveira e Ruth Blasi Olympio de Oliveira, neste ato representando o irmão Ruy Olympio de Oliveira, *in memoriam*, seus pais.

O irmão Ruy Olympio de Oliveira faleceu ontem. Nasceu em 15 de julho de 1928 na cidade de Joinville. Formado pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, sediada no Rio de Janeiro, com cursos de segurança nacional pela Associação de Diplomados na Escola Superior de Guerra de Blumenau, e de Didática de Geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, exerceu suas funções de professor de Geografia Regional do Brasil no Curso Normal; de Legislação Social no Curso de Administração de Empresas; e de Direito Comercial na Escola Superior do Ministério Público.

Ocupou também o cargo de promotor de Justiça e foi membro do Colégio de Procuradores do Ministério Público.

Ruy Olympio de Oliveira iniciou sua vida maçônica na Loja Dario Velloso, em Curitiba, em 16 de agosto de 1947, tendo completado 66 anos de atividades maçônicas. Era filiado à Loja Campos Lobo de Santa Catarina, Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito e membro da Academia Catarinense de Letras. Recebeu as condecorações de Benemérito da Ordem e Destaque da Maçonaria Catarinense.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o irmão Antônio Nazareno de Oliveira.

Nascido em 21 de julho de 1923, na cidade de Laguna, órfão de pai aos 19 anos, assumiu a responsabilidade inerente à criação e educação dos seis irmãos menores. Seu primeiro emprego foi como despachante aduaneiro, prestando, simultaneamente, serviço militar no Tiro de Guerra. Tendo retornado à escola, matriculou-se no Curso Técnico de Contabilidade do Colégio Comercial Lagunense. Foi diplomado em 1974 e convidado naquele mesmo ano para ingressar no quadro de professores daquele estabelecimento. Funcionário público federal, aposentou-se como agente administrativo no ministério da Marinha.

Em 1989 fundou o Centro Espírita Seara dos Pobres, onde foi extremamente atuante ao lado de sua esposa, tendo angariado os recursos financeiros que viabilizaram a construção do prédio e, mais tarde, a sua completa reforma.

Iniciou na Maçonaria em 4 de junho de 1948, na Loja Fraternidade Lagunense, na qual exerceu todos os cargos e da qual foi venerável mestre no período administrativo 1963/1964. Permanece filiado a essa loja, sendo obreiro ativo até o presente, com invejável e elogiável participação.

Ascendeu a todos os graus da Maçonaria Simbólica e Filosófica, sendo portador do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito. No âmbito da Grande Loja de Santa Catarina foi delegado do grão-mestre por 14 anos, tendo sido agraciado com a Medalha 21 de Abril por seus 25 anos de contínua atividade maçônica; com a medalha de Mérito Maçônico, pelos 40 anos de iniciação; e com a Comenda Elimar Baumgarten, que é a mais elevada honraria concedida pela potência, pelos seus 50 anos de ininterrupta e exemplar atividade maçônica.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o irmão Miguel Christakis.

Nascido em Florianópolis, em 12 de outubro de 1931, graduou-se no curso de Farmácia e Bioquímica na Universidade Federal de Santa Catarina, e do qual se tornou

professor e diretor do Laboratório de Análise Clínica da Saúde Pública de Santa Catarina.

Iniciou sua vida maçônica há 53 anos, quando em 23 de julho de 1959 ingressou na Loja Campos Lobo de Florianópolis.

Miguel Christakis é filiado na Loja Fraternidade Catarinense do Grande Oriente de Santa Catarina, Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito.

Ocupou a função de presidente do Colégio dos Grão-Mestres da Confederação Maçônica do Brasil e hoje é grão-mestre honorário do Grande Oriente de Santa Catarina.

Recebeu as condecorações de Grande Oficial e Comendador do Grande Oriente de Santa Catarina e Comendador do Supremo Conselho da Maçonaria do Rio Grande do Sul.

Foi um dos responsáveis pela criação da revista *O Prumo*, um importante órgão de divulgação da Maçonaria catarinense.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento o sr. João Eduardo Noal Berbigier, grão-mestre da Grande Loja de Santa Catarina, fará a entrega de diploma ao irmão Antônio Nazareno de Oliveira pelos 65 anos de ininterruptas atividades maçônicas.

Convido o irmão Antônio Nazareno de Oliveira para receber a homenagem do grão-mestre João Eduardo Noal Berbigier.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Convido, neste momento, para fazer uso da palavra o sr. secretário Antônio Marcos Gavazzoni, representando o governador João Raimundo Colombo.

O SR. ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI - Queridos irmãos e amigos, muito boa-noite!

Quero cumprimentar o presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli, e em seu nome estender os cumprimentos a todas as autoridades aqui presentes.

Mas, mais do que isso, quero fazer uma saudação toda especial, em nome do governador Raimundo Colombo, a todos os irmãos maçons que aqui se encontram e, sobretudo, àqueles que são homenageados nesta sessão.

Trata-se de justa e honesta homenagem pelo comportamento de um maçom na sociedade. Comportamento que, no mais das vezes, sem nos conhecermos, identificamo-nos não pelos postos, mas muito mais pelo exemplo, pela dedicação às causas da cidadania.

É assim que os maçons trabalham, não em busca de glórias, mas em busca do cumprimento do dever, em busca de fazer-se obediente aos deveres. Os maçons não procuram alimentar-se de direitos, mas de deveres. É por isso que encontramos tantos em tantas situações da vida social.

Então, parabéns, em nome do governador Raimundo Colombo, a cada um de vocês. E, em especial, na noite de hoje, ao irmão falecido, que passou no dia de ontem, dr. Ruy Olympio de Oliveira.

Que homenagem bonita a vida prestou-lhe no dia seguinte ao do seu passamento, mais precisamente no dia do seu enterro: ser homenageado pela Casa do Cidadão Catarinense!

Cada cidadão de Santa Catarina está aqui, agora, dizendo muito obrigado irmão Ruy, obrigado pelo comportamento na vida, pelo exemplo de vida, que o fez, seguramente, alguém a ser seguido por todos nós.

Então, em nome do governador Raimundo Colombo, parabéns a todos. Eu fico

muito feliz de fazer aniversário no Dia Internacional do Maçom.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Neste momento, convido para fazer uso da palavra o grão-mestre sereníssimo, irmão Alaor Francisco Tissot, representando o Grande Oriente de Santa Catarina.

O SR. ALAOR FRANCISCO TISSOT - Excelentíssimo deputado Joares Ponticelli, presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo prefeito municipal de Florianópolis, Cesar Souza Júnior;

Secretário de estado de Negócios da Fazenda, caro amigo e irmão Antônio Marcos Gavazzoni, neste ato representando o governador Raimundo Colombo;

Sereníssimo grão-mestre, eminente irmão do Grande Oriente do Brasil de Santa Catarina, Wagner Sandoval Barbosa;

Sereníssimo grão-mestre, irmão da Grande Loja de Santa Catarina, João Eduardo Noal Berbigier;

Caros grão-mestres e grão-mestres adjuntos já citados;

Soberano grande comendador para o Rito Escocês Antigo e Aceito, do Grau 33, irmão Sidnei Pacheco;

Senhoras e Senhores.

O Grande Oriente de Santa Catarina quer agradecer, primeiramente, à Presidência desta Casa, na pessoa do deputado Joares Ponticelli, irmão Joares, a quem pedimos que em nosso nome também agradeça aos demais 39 deputados que fazem parte desta Casa e, em especial, ao deputado federal Jorginho Mello, que criou, na verdade, em Santa Catarina, o hábito de se homenagear anualmente o Dia do Maçom.

Com os filhos do pranteado irmão Ruy Olympio de Oliveira, queremos imanar-nos na sua dor e somar-nos às homenagens hoje prestadas pelo Grande Oriente do Brasil, por esta Casa, pelo governo do estado e pelas grandes lojas.

Eu vou atrever-me a falar como ex-presidente da Academia Maçônica Catarinense de Letras, na qual o irmão Ruy desempenhou um papel de proa.

Irmão Antônio, com quem por diversas vezes nos encontramos em Laguna, que bela e merecida homenagem.

Irmão Miguel, que faz parte do nosso meio e que foi o primeiro grão-mestre a partir de 1973, você merecia muito mais do que uma homenagem do Gosc, evidentemente, mas você está sendo homenageado pelo estado catarinense e nós muito nos orgulhamos disso.

Por isso queremos agradecer ao deputado que em boa hora lembrou-se de homenagear os mais atuantes e que ainda estão a trabalhar.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Convido para fazer uso da palavra o grão-mestre sereníssimo, irmão João Eduardo Noal Berbigier, neste ato representando a Grande Loja de Santa Catarina.

O SR. JOÃO EDUARDO NOAL BERBIGIER - Excelentíssimo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Joares Ponticelli;

Excelentíssimo prefeito municipal de Florianópolis, Cesar Souza Júnior;

Excelentíssimo secretário Antônio Gavazzoni, hoje representando o governador do estado;

Sereníssimo grão-mestre do Grande Oriente de Santa Catarina, estimado irmão e amigo Alaor Francisco Tissot;

Eminente grão-mestre do Grande Oriente do Brasil de Santa Catarina, também caríssimo irmão, Wagner Sandoval Barbosa;

Demais autoridades maçônicas que prestigiam o nosso evento, senhoras e senhores.

É com grande alegria que estamos hoje reunidos para celebrar aquilo que o estado catarinense instituiu de maneira formal: a celebração do dia dedicado aos maçons. E para nós, maçons, é motivo de muito orgulho, porque é o reconhecimento da sociedade, embora muito pouco se saiba daquilo que fazemos. Mas aquilo que fazemos é com todo o amor, com todo o carinho, com toda a dedicação e com todo o comprometimento que nos é peculiar.

Costumamos dizer que do maçom não se exige nada mais nem menos que ele seja exemplar. É assim que procuramos transmitir nossos valores, nossa moral servindo como podemos à sociedade, precisamente na direção de contribuir para que ela seja mais justa, mais igualitária e, como disse há pouco numa entrevista, mais decente.

Ficamos muito lisonjeados quando esta Casa Legislativa lembrou-se, na feliz iniciativa do nosso irmão, deputado Joares Ponticelli, de que nesta noite também tivéssemos o privilégio de oferecer uma singela homenagem àqueles irmãos de mais longa data, militantes e atuantes na nossa sublime instituição.

Hoje pela manhã participamos das últimas homenagens ao irmão Ruy Olympio de Oliveira. E ali externamos o nosso reconhecimento, em nome da Grande Loja de Santa Catarina, a todos os irmãos do Grande Oriente do Brasil e Santa Catarina.

Queremos dar o nosso abraço também ao nosso irmão Miguel Christakis, lembrado como representante de parte do Grande Oriente de Santa Catarina. E de nossa parte trouxemos aqui para nossa alegria, lá de Laguna, o nosso irmão Antônio Nazareno de Oliveira, do alto dos seus 90 anos de idade, de uma lucidez impressionante, prestando serviços de forma contínua e fiel à sua loja.

Esses são os homens de norteiam as nossas ações, porque eles foram e são exemplares. E o mínimo que podemos fazer é espelhar-nos nessas figuras que honram e dignificam o ser maçom.

Uma vez mais, muitíssimo obrigado por essa oportunidade, pelo reconhecimento e parabéns a todos nós que fazemos o nosso trabalho sem esmorecer, porque a sociedade espera muito de nós que temos muito a oferecer.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Neste momento fará uso da palavra o grão-mestre Wagner Sandoval Barbosa, representando o Grande Oriente do Brasil de Santa Catarina.

O SR. WAGNER SANDOVAL BARBOSA - Excelentíssimo senhor deputado Joares Ponticelli, presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Cesar Souza Júnior, prefeito municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor Moacir Antônio Gavazzoni, secretário da Fazenda, neste momento representando o governador Raimundo Colombo;

Senhores grão-mestres João Eduardo e Alaor Tissot;

Demais autoridades maçônicas presentes;

Senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

“*Novae, sede antiquae* - Novo, embora antigo.

É com a divisa do Grande Oriente do Brasil que desejo iniciar esse breve pronunciamento acerca do Dia do Maçom nesta insigne Casa de Leis, casa legítima do povo catarinense.

Novo, embora antigo! Essa talvez seja a frase que melhor expresse o mister do maçom dentro da sociedade, em todas as eras, em todos os tempos.

Novo, porque carrega em si a renovação e a regeneração do momento histórico e social no qual o indivíduo maçom se acha engastado, ao mesmo tempo antigo por ser fiel aos imutáveis preceitos de liberdade, igualdade e fraternidade.

Novo porque traz em cada maçom que é iniciado a certeza da imortalidade da obra e sua atemporalidade, antigo porque as tradições mais puras e genuínas da Ordem se renovam a cada ritual vivido e assistido.

O Grande Oriente do Brasil, presente em Santa Catarina através da Loja Concórdia desde o ano de 1832, portanto há 181 anos, através do grande catarinense e maçom Jerônimo Francisco Coelho, também fundador da imprensa em nosso estado, tem trabalhado constantemente em favor do crescimento da sociedade florianopolitana e catarinense, em favor do seu bem-estar e da evolução individual dos seus membros.

Hoje, com mais de 4.200 irmãos divididos por 153 lojas espalhadas pelos mais distantes rincões do estado, o Grande Oriente do Brasil/Santa Catarina se orgulha de um passado construído com muita dificuldade, sacrifício e luta, mas sobre tudo se regozija divisando o futuro promissor que apenas aqueles que acreditam no tempo e na sociedade podem alcançar.

Compomos todos uma feliz família no estado de Santa Catarina. Feliz e frutuosa. Dividindo-nos em nada perdemos nosso brilho e esplendor originais, pelo contrário, hoje mais duas obediências, egressas do Grande Oriente do Brasil/Santa Catarina, também coexistem no estado: a Grande Loja de Santa Catarina, desde 1927, e o Grande Oriente de Santa Catarina, desde 1973. Nessa associação, a exemplo do que ocorre na nossa, todos os membros, aos quais chamamos de irmãos, trabalham para a consecução de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Aproveitando a oportunidade, queremos prestar uma justa e singela homenagem que infelizmente teve que ter seu texto laconicamente adaptado no dia de ontem. A homenagem que pretendemos fazer é ao maçom mais antigo do estado de Santa Catarina, consideradas as três potências; homenagem ao sapientíssimo irmão Ruy Olympio de Oliveira, com os seus 66 anos de serviços ininterruptos prestados à Maçonaria.

No entanto, no dia de ontem, 25 de agosto, às 10h, o Grande Arquiteto do Universo achou por bem chamar às lídes celestes o nosso querido, saudoso e pranteado irmão Ruy, cujo sepultamento deu-se no dia de hoje, às 10h, nesta Capital.

Portados de todas as comendas distinções e medalhas, destinadas as homenagens do Grande Oriente do Brasil, bem como do Grande Oriente do Brasil/Santa Catarina. Dentre todas se destaca a maior condecoração dada pelo Grande Oriente do Brasil, a Comenda Dom Pedro I, recebida

através do Ato n. 10.324 do soberano grão-mestre, em 24 de setembro de 2009.

Irmão Ruy Olympio, tu apenas precedes a todos! Terás agora a oportunidade de continuar de maneira real e definitiva a obra polimorfa da Maçonaria.

E nós gostaríamos, neste instante, que de pé honrássemos a memória desse grande irmão com uma salva de palmas.

(Procede-se à salva de palmas.)

E nós que aqui seguimos a senda do novo, porém antigo: novo nas atitudes reais e concretas tomadas a cada dia e antigo por permitir-nos ir aos passos de todos esses que nos precederam.

Salve o ideal maçônico! Salve a Maçonaria brasileira!”

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Gostaríamos de registrar que o atual prefeito da capital, ex-deputado Cesar Souza Júnior, também é autor da Lei n. 13.461, de 6 de setembro de 2005, que instituiu o dia 20 de agosto como Dia do Maçom no estado de Santa Catarina, que no seu art. 2º determina a realização de uma sessão anual nas proximidades desse dia para celebrar a data.

(Passa a ler.)

“Sereníssimos grão-mestres;

Eminentes ex-grão-mestres;

Eminentes deputados do grão-mestrado;

Respetabilíssimos veneráveis mestres instalados;

Muito respeitáveis delegados e secretários;

Meus caros irmãos;

Minhas queridas cunhadas, sobrinhos, sobrinhas e convidados.

É com muita alegria que realizamos mais esta cerimônia em que celebramos o Dia do Maçom.

Os maçons são homens preocupados em ser, em transcender, num tributo à espiritualidade e à crença no que é bom e justo.

A semente foi plantada em 1831, pelo insigne maçom Jerônimo Coelho, com a fundação da Loja Concórdia na então cidade de Desterro, capital da província de Santa Catarina, que deu origem à Maçonaria catarinense.

No dia 20 de agosto, toda a Maçonaria brasileira comemora o Dia do Maçom. Tal comemoração nesta data prende-se ao fato de ter sido realizada no Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1822, a histórica Assembleia Geral do Povo Maçônico, na qual foi aprovada a moção apresentada por Gonçalves Ledo de proclamação da independência do Brasil.

Estamos aqui reunidos para prestar um tributo de reconhecimento aos maçons e às três potências regulares de Santa Catarina, bem como aos segmentos paramaçônicos, como a Ordem DeMolay e as Filhas de Jó.

Também é importante ressaltar que, por intermédio da Fundação Hermon, as três Obediências têm por objetivo maior o aprimoramento social e educacional do povo catarinense, principalmente os menos assistidos pelos programas governamentais. São, assim, mantidos programas de

aperfeiçoamento da educação, desde a pré-escola até a formação profissional, recuperação de dependentes químicos e outras iniciativas.

Começamos exaltando tudo quanto é realizado pela muito respeitável Grande Loja de Santa Catarina. A Grande Loja de Santa Catarina segue o seu destino, próspera e altaneira.

Enaltecemos a pertinência, a dedicação, a competência e o comprometimento daqueles que conduziram o primeiro malhete dessa Potência Maçônica.

A Grande Loja, graças à forte argamassa que une os seus alicerces e sustenta as suas paredes, ocupa lugar de destaque no cenário nacional e também no cenário internacional, servindo de parâmetro pela maneira como faz Maçonaria, pela maneira como se portam seus irmãos.

O GOB-SC pode orgulhar-se de seu passado e ter a certeza de um futuro brilhante. Fruto que foi do trabalho de grão-mestres zelosos e ciosos de suas obrigações como maçons e administradores aliados ao ininterrupto e incansável trabalho dos maçons do nosso GOB-SC espalhados pelos mais recônditos rincões do estado.

A semente germinou e frutificou!

Grande Oriente de Santa Catarina.

Ao longo de sua história, o Gosc cresceu em número de lojas e obreiros. Estruturado em 28 delegacias, o Grande Oriente de Santa Catarina está presente em todas as regiões, com 119 Lojas e Triângulos Maçônicos.

A cada dia nos orgulhamos em ver o Grande Oriente de Santa Catarina crescendo cada vez mais, de forma ordenada e focada na construção de uma sociedade mais justa e perfeita.

Toda essa obra e o trabalho individual de cada obreiro fortalecem nossas colunas e são a chave para o fortalecimento da Maçonaria como veículo de transformação.

O atual grão-mestrado desenvolve permanentemente ações para fortalecer a ordem, primando pela intensa presença e participação nas atividades dos Orientes, como a manutenção do ‘GOSC itinerante’, que consiste na visita às lojas e na ampliação dos laços fraternos entre todos nós.

Agradecendo, penhoradamente, a presença e a participação de todos, desejo que o Grande Arquiteto do Universo ilumine a todos e a cada um, e que todos nós, ao retornarmos aos nossos lares, encontremos os nossos familiares na mais absoluta paz e tranquilidade.

Muito obrigado a todos por suas honrosas presenças.”

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com seu comparecimento, convidando-os para o coquetel no *hall* deste Poder.

Encerramos a presente sessão convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

A T O S D A M E S A

A T O S D A P R E S I D Ê N C I A D L

A T O D A P R E S I D Ê N C I A N º 0 3 7 - D L , d e 2 0 1 3

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 003-DL, de 5 de março de 2013.

Substitui o Deputado Valmir Comin, na Comissão de Finanças e Tributação, pelo Deputado Silvio Dreveck e nas Comissões de Educação, Cultura e Desporto, de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e de Turismo e Meio Ambiente, pelo Deputado Altair Silva.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Mauro de Nadal
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Narcizo Parisotto
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado José Nei A. Ascari
Deputada Ana Paula Lima
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Serafim Venzon
Deputado Aldo Schneider

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Gilmar Knaesel
Deputado Darci de Matos
Deputada Angela Albino
Deputado Marcos Vieira
Deputado *Silvio Dreveck*
Deputado Neodi Saretta
Deputada Luciane Carminatti
Deputado Renato Hinnig
Deputado Antonio Aguiar

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado Maurício Eskudlark
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado Reno Caramori
Deputada Ana Paula Lima
Deputado Renato Hinnig
Deputado Carlos Chiodini
Deputado Marcos Vieira

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Narcizo Parisotto
Deputado José Nei A. Ascari
Deputado José Milton Scheffer
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Mauro de Nadal
Deputado Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Deputada Angela Albino
Deputado Jorge Teixeira
Deputada Luciane Carminatti
Deputada Dirce Heiderscheidt
Deputado Antonio Aguiar
Deputado Gilmar Knaesel
Deputado José Milton Scheffer

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deputado Reno Caramori
Deputado Darci de Matos
Deputado Volnei Morastoni
Deputado Carlos Chiodini
Deputado Aldo Schneider
Deputado Marcos Vieira
Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Deputado Antonio Aguiar
Deputada Luciane Carminatti
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado Ismael dos Santos
Deputado *Altair Silva*
Deputado Carlos Chiodini
Deputado Dado Cherem

COMISSÃO DE SAÚDE

Deputado Volnei Morastoni
Deputado Antonio Aguiar
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado Jorge Teixeira
Deputado José Milton Scheffer
Deputado Mauro de Nadal
Deputado Serafim Venzon

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Deputado Marcos Vieira
Deputada Angela Albino

Deputado *Ciro Roza*
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Aldo Schneider
Deputado Renato Hinnig
COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Deputado Dado Cherem
Deputado Gelson Merisio
Deputado José Milton Scheffer
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Carlos Chiodini
Deputado Moacir Sopelsa
Deputada Angela Albino

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Deputado Maurício Eskudlark
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Neodi Saretta
Deputado Aldo Schneider
Deputado Edison Andrino
Deputado Dado Cherem
Deputado Altair Guidi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado Altair Guidi
Deputado *Ciro Roza*
Deputado *Altair Silva*
Deputado Neodi Saretta
Deputada Dirce Heiderscheidt
Deputado Edison Andrino
Deputado Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Deputado Maurício Eskudlark
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Edison Andrino
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Reno Caramori
Deputado Dóia Guglielmi
Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Deputada Angela Albino
Deputada Dirce Heiderscheidt
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Reno Caramori
Deputado Volnei Morastoni
Deputado Edison Andrino
Deputado Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Deputado Altair Guidi
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Volnei Morastoni
Deputado Mauro de Nadal
Deputado Aldo Schneider
Deputado Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Deputado José Nei A. Ascari
Deputado José Milton Scheffer
Deputado Altair Guidi
Deputada Luciane Carminatti
Deputada Dirce Heiderscheidt
Deputado Antonio Aguiar
Deputado Serafim Venzon

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Deputado Serafim Venzon
Deputada Dirce Heiderscheidt
Deputado Ismael dos Santos
Deputado *Altair Silva*
Deputada Ana Paula Lima
Deputado Carlos Chiodini
Deputado Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Deputado Antonio Aguiar
Deputado Dado Cherem
Deputado Reno Caramori
Deputada Ana Paula Lima
Deputado Ismael dos Santos
Deputado Gelson Merisio
Deputado Sargento Amauri Soares

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 1º de outubro de 2013.

Deputado JOARES PONTICELLI

Presidente

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

*** X X X ***

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 040-DL, de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com amparo no art. 65, inciso VI, alínea "I" do Regimento Interno e na Resolução nº 005/2005, no uso de suas atribuições CONSTITUIU a Frente Parlamentar Catarinense dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, integrada pelos Senhores Deputados Pe. Pedro Baldissera, Nilson Gonçalves, Romildo Titon, Serafim Venzon, Jailson Lima, Mauro de Nadal, Aldo Schneider, Kennedy Nunes, Volnei Morastoni, Ciro Roza, Gilmar Knaesel, Jorge Teixeira, José Nei A. Ascari, Edison Andrino, Ismael dos Santos, Dirceu Dresch, Jean Kuhlmann, Reno Caramori, Narcizo Parisotto, Silvio Dreveck, Dado Cherem, Marcos Vieira, Maurício Eskudlark, Renato Hinnig, Joares Ponticelli e Sargento Amauri Soares, com o objetivo de promover o debate acerca do tema, buscando a concretização de ações e enfrentamento da violência doméstica e familiar e a articulação de ações do fortalecimento das redes de atendimento às vítimas, buscando, além do trabalho de conscientização, as garantias das condições para a aplicação da Lei federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 10 de outubro de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI**

Presidente

*** X X X ***

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 041-DL, de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com amparo no art. 65, inciso VI, alínea "I" do Regimento Interno e na Resolução nº 005/2005, no uso de suas atribuições CONSTITUIU a Frente Parlamentar de Acompanhamento das Obras da BR-163 em Santa Catarina, integrada pelos Senhores Deputados Pe. Pedro Baldissera, Dirceu Dresch, Marcos Vieira, Mauro de Nadal, Maurício Eskudlark, Volnei Morastoni, Serafim Venzon, Gilmar Knaesel, Narcizo Parisotto, Dado Cherem, Silvio Dreveck, Jorge Teixeira, Aldo Schneider, Angela Albino, Kennedy Nunes, José Nei A. Ascari, Ana Paula Lima, Ismael dos Santos, Sargento Amauri Soares, Joares Ponticelli, Ciro Roza, Jean Kuhlmann, Romildo Titon, Renato Hinnig, Reno Caramori e Edison Andrino, com o objetivo de fiscalizar os trabalhos de indenização, ampliação, restauração e sinalização da referida Rodovia.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 10 de outubro de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI**

Presidente

*** X X X ***

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 042-DL, de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 039-DL, de 2 de outubro de 2013.

Substituí o Deputado Serafim Venzon pelo Deputado Marcos Vieira na Comissão Especial constituída com a finalidade de apreciar a indicação, pelo Senhor Governador do Estado, para recondução ao cargo de Diretor de Regulação e Fiscalização da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina (AGESAN), bem como a composição do Conselho Superior da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina (AGESC).

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 10 de outubro de 2013

Deputado **JOARES PONTICELLI**

Presidente

*** X X X ***

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 043-DL, de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso II, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Altair Guidi, por um período de sessenta dias, a contar de 10 de outubro do corrente ano, para tratamento de saúde.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 10 de outubro de 2013

Deputado **JOARES PONTICELLI**

Presidente

*** X X X ***

ATO DA MESA DL**ATO DA MESA Nº 042-DL, de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Sandro Daumiro da Silva, 1º Suplente do Partido Popular Socialista - PPS, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Altair Guidi, para tratamento de saúde.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 10 de outubro de 2013

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATOS DA MESA**ATO DA MESA Nº 559, de 20 de setembro de 2013**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, o artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **THIAGO VERZOLA PAES**, aprovado e classificado no Concurso Público nº 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Operador de Som, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na DA - Coordenadoria de Serviços Gerais.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Republicado por incorreção

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 560, de 24 de setembro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, o artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,

Art. 1º NOMEAR o servidor **ANDERSON VILMAR MARTINS**, aprovado e classificado no Concurso Público nº 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Operador de Som, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na DA - Coordenadoria de Serviços Gerais.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Republicado por incorreção

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 582, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR, a pedido, o servidor **DOUGLAS GLEEN WARMLING**, matrícula nº 7252, do cargo de Chefe de Gabinete da Presidência, código PL/DAS-8, do Quadro Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de outubro de 2013 (CGP - Chefia de Gabinete da Presidência).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 583, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **CASSIO MEDEIROS DE OLIVEIRA**, matrícula nº 3266, do cargo de Secretário Parlamentar da Presidência, código PL/DAS-7, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 7 de outubro de 2013 (MD - Gabinete da Presidência).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 584, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

NOMEAR CASSIO MEDEIROS DE OLIVEIRA, matrícula nº 3266, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete da Presidência, código PL/DAS-8, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 7 de outubro de 2013 (CGP - Chefia de Gabinete da Presidência).

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 585, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.*

DESIGNAR a servidora **JANAINA MELLA**, matrícula nº 7178, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Apoio ao Processamento da Informação - Assessoria Técnica-Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de outubro de 2013 (DRH - Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais).

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 586, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **HUMBERTO MACHADO FILHO**, matrícula nº 6331, da função de Chefia de Seção - Administração de Licenças, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de outubro de 2013 (DTI - CPD - Gerência de Suporte e Treinamento).

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 587, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.*

DESIGNAR o servidor **HUMBERTO MACHADO FILHO**, matrícula nº 6331, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Gerente de Suporte e Treinamento, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de outubro de 2013 (DTI - CPD - Gerência de Suporte e Treinamento).

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 588, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **ALLAN DE SOUZA**, matrícula nº 6339, da função de Assessoria técnica-administrativa - Supervisão do Programa Interlegis, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de outubro de 2013 (DTI - CR - Gerência de Segurança e Administração de Rede).

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 589, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.*

DESIGNAR o servidor **ALLAN DE SOUZA**, matrícula nº 6339, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia de Seção - Administração de Licenças, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de outubro de 2013 (DTI - CPD - Gerência de Suporte e Treinamento).

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 590, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.*

DESIGNAR o servidor **ANDERSON AILTON BARBOSA**, matrícula nº 6329, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria técnica-administrativa - Supervisão do Programa Interlegis, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de outubro de 2013 (DTI - CR - Gerência de Segurança e Administração de Rede).

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 591, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.*

DESIGNAR a servidora **ROSANGELA BITTENCOURT**, matrícula nº 619, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Secretaria Geral e Controle de Materiais - Assessoria Técnica-Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de setembro de 2013 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 592, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR a servidora **LAURA CELESTE JAEGER GUBERT**, matrícula nº 6321, da função de Chefia - Secretaria de

Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de outubro de 2013 (DL - CC - Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 593, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

DESIGNAR o servidor **ALEXANDRE ALDO CIPRIANI**, matrícula nº 1552, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assistência Técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 03 de outubro de 2013 (DL - CC - Comissão de Saúde).

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 594, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1663/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

ATRIBUIR à servidora **GRAZIELA MELLER MILANEZE**, matrícula nº 6866, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 29 de julho de 2013.

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 595, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1720/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

ATRIBUIR à servidora **ANY SANTOS**, matrícula nº 6361, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 31 de julho de 2013.

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 596, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1856/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

ATRIBUIR à servidora **MARIA DA GRACA VIEIRA**, matrícula nº 482, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-49, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-49 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 19 de agosto de 2013.

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 597, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1907/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

ATRIBUIR à servidora **JULIANA ELENA BASSETTI**, matrícula nº 6324, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 21 de agosto de 2013.

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 598, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1930/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

ATRIBUIR ao servidor **EDUARDO LUIZ VENTURIN**, matrícula nº 6318, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 23 de agosto de 2013.

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 599, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1946/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

ATRIBUIR à servidora **JULIANA CRISTINA DA CRUZ**, matrícula nº 7228, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 26 de agosto de 2013.

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 600, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2149/2013,

RESOLVE: com fundamento no § 19 do art. 40 da Constituição Federal, acrescentado pelo art. 1º da EC nº 41/2003,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **ANA MARIA FADEL NEVES**, matrícula nº 2177, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-66, a contar de 23 de setembro de 2013.

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 601, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2081/2013,

RESOLVE: com fundamento no § 5º do art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **IMER CALDAS**, matrícula nº 1858, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-65, a contar de 14 de setembro de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 602, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2080/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005.

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **ERALDO KFOURI**, matrícula nº 617, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-69, a contar de 12 de setembro de 2013.

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 603, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1865/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **MARIA DE LOURDES NASARIO**, matrícula nº 2123, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-66, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 73,40% (setenta e três vírgula quarenta por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-3, do grupo de atividades de função de confiança, mediante substituição de 13,40% (treze vírgula quarenta por cento) do valor da diferença do vencimento do seu cargo efetivo e o de Chefe da Divisão Institucional, código PE/DASU-3, e 20% (vinte por cento) da diferença do valor de seu cargo efetivo e o de Secretário Parlamentar, código PL/3-CC, concedidos pelo Ato da Mesa nº 887, de 3/8/1992, mantendo incólumes os demais percentuais adquiridos, totalizando 100% (cem por cento), com eficácia financeira a contar de 1º de outubro de 2013.

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 604, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1977/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **PAULO CESAR COSTA**, matrícula nº 1965, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-3, do grupo de atividades de função de confiança, totalizando 50% (cinquenta por cento), incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 1194/91, de 13/6/1991, com eficácia financeira a contar de 1º de outubro de 2013.

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 605, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1666/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **ERADIO MANOEL GONCALVES**, matrícula nº 929, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 1,67% (um vírgula sessenta e sete por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-5; e 3,33% (três vírgula trinta e três por cento) do valor da função de confiança nível PL/FC-3, do grupo de atividades de função de confiança; e 10,85% (dez vírgula oitenta e cinco por cento) do valor da diferença do vencimento de seu cargo efetivo e do o cargo em comissão, código PL/DAS-6, mediante substituição de 15,85% (quinze vírgula oitenta e cinco por cento) do valor da diferença do vencimento do seu cargo efetivo e do cargo em comissão, código PE/DASI-5, concedido pelo Ato da Mesa nº 074, de 6/5/2008, mantendo incólumes os demais percentuais adquiridos, totalizando 100% (cem por cento), com eficácia financeira a contar de 9 de setembro de 2013; **tomando sem efeito** o Ato da Mesa nº 557, de 17 de setembro de 2013.

Republicado por Incorreção

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente
Deputado Manoel Mota - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 606, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2083/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º FICA CONCEDIDO ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **RAQUEL NACK NUNES**, matrícula nº 1333, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-46, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 80% (oitenta por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-3, correlacionada com as funções exercidas, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, totalizando 100% (cem por cento), mantendo incólumes os demais percentuais concedido pela Resolução nº 987, de 24/11/1988, com eficácia financeira a contar da dispensa da função de confiança.

Art. 2º Sobre o adicional de exercício incidirá o desconto previdenciário, nos termos do §5º do art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011.

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 607, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2064/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º FICA CONCEDIDO ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **SERGIO FRANCISCO AMBROSI**, matrícula nº 1986, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-56 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 10% (dez por cento) do valor da diferença do vencimento de seu cargo efetivo do valor do cargo comissionado, código PL/DAS-6; 10% (dez por cento) do valor equivalente a FC-6 como Gratificação de Exercício; 35,83% (trinta e cinco vírgula oitenta e três por cento) do valor da função de confiança nível PL/FC-5; e 4,17% (quatro vírgula dezessete por cento) do valor da função de confiança nível PL/FC-3, mantendo incólumes os demais percentuais adquiridos através da Resolução nº 1128, de 28/5/1991, totalizando 100% (cem por cento), com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da Função de Confiança.

Art. 2º Sobre o adicional de exercício incidirá o desconto previdenciário, nos termos do §5º do art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011.

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 608, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1730/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º FICA CONCEDIDO ADICIONAL DE EXERCÍCIO

ao servidor **ERALDO KFOURI**, matrícula nº 617, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-69, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondentes a 11,67% (onze vírgula sessenta e sete por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-3 e 28,33% (vinte e oito vírgula trinta e três por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, totalizando 100%(cem por cento), incluindo percentual agregado pela Resolução nº 769/1991, de 22/4/1991, com eficácia financeira a contar da dispensa da função de confiança.

Art. 2º Sobre o adicional de exercício incidirá o desconto previdenciário, nos termos do §5º do art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011.

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 609, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1932/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º FICA CONCEDIDO ADICIONAL DE EXERCÍCIO

à servidora **GUILHERMINA MARISA DOS SANTOS ENGEL**, matrícula nº 1989, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-44, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondentes a 16,67% (dezesseis vírgula sessenta e sete por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-3 e 53,33% (cinquenta e três vírgula trinta e três por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, totalizando 70%(setenta por cento), com eficácia financeira a contar da dispensa da função de confiança.

Art. 2º Sobre o adicional de exercício incidirá o desconto previdenciário, nos termos do §5º do art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011.

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 610, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2119/2013,

RESOLVE: com fundamento no § 7º do art.1º da Resolução nº 009 de 31 de agosto de 2011, e nos termos da Resolução nº 012 de 22 de dezembro de 2009,

ADICIONAR aos vencimentos do servidor **LUIZ CARLOS**

PAIVA JUNIOR, matrícula nº 2162, lotado na DA - Coordenadoria de Transportes, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **Gratificação de insalubridade** na proporção de **100%** (cem por cento) pela execução de atividade insalubre de grau médio, correspondente a 30% do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, a contar da data de sua aposentadoria.

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 611, de 10 de outubro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1280/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 40, § 1º, inciso I, parte final, da Constituição Federal, c.c. o art. 6º A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, introduzido pela Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012.

CONCEDER APOSENTADORIA por invalidez, ao servidor

VALDEMAR NEVES FILHO, matrícula nº 1599, no cargo de Técnico Legislativo/Técnico em Contabilidade, código PL/TEL-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 01 de outubro de 2013.

Deputado **JOARES PONTICEILI** - Presidente

Deputado Manoel Mota - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H DO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2013.

Às nove horas do dia primeiro de outubro do ano de dois mil e treze, sob a Presidência do Deputado Mauro de Nadal, reuniram-se os membros da Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Aldo Schneider, Ana Paula Lima, Dirceu Dresch, José Nei Alberton Ascari, Narcizo Parisotto, Serafim Venzon, Sílvio Dreveck e Maurício Eskudlark representando Jean Kuhlmann. O Dep. Narcizo Parisotto enviou comunicado avisando que não poderia participar da reunião. Abertos os trabalhos, o Presidente colocou em votação a ata da 25ª reunião ordinária que foi aprovada por unanimidade. O **Deputado José Nei Alberton Ascari** apresentou voto-vista ao Projeto de Lei nº 0226.6/2011 apresentando parecer favorável ao voto do relator que, posto em discussão, foi cedido pedido de vista ao Dep. Sílvio Dreveck; relatou o Projeto de Lei nº 0381.5/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0063.5/2011 apresentando requerimento pela realização de diligência a mesa diretora que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0373.5/2013 apresentando

requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; apresentou voto-vista ao Projeto de Lei nº 0198.8/2013 com requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Maurício Eskudlark**, representando o Dep. Jean Kuhlmann apresentou voto-vista ao Projeto de Lei nº 0286.7/2012 com parecer favorável ao voto do relator, contrário à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Mauro de Nadal** relatou a Mensagem de Veto nº 01008/2013 apresentando parecer pela admissibilidade da matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; a Mensagem de Veto nº 01013/2013 apresentando parecer pela admissibilidade da matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; relatou o Projeto de Lei nº 0353.1/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0076.0/2013 apresentando parecer favorável à proposição com emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0369.9/2013 apresentando parecer favorável à proposição com emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0291.4/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0295.8/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0375.7/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0075.9/2013 apresentando

parecer favorável à proposição com emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0302.1/2011 apresentando parecer favorável à proposição com emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Presidente passou a presidência ao Dep. Silvio Dreveck que passou a palavra ao Dep. Aldo Schneider, o qual relatou o Projeto de Lei Complementar nº 0025.5/2013 apresentando parecer favorável à proposição, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista à Dep. Ana Paula Lima; o Projeto de Lei nº 0380.4/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente encerrou a presente reunião por falta de quorum e agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes eu, Argílio Mello Alves, Chefe da Secretaria, lavei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 1º de outubro de 2013.

Deputado Mauro de Nadal

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia dezoito de setembro de dois mil e treze, sob a Presidência do Deputado **Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Antônio Aguiar, Angela Albino, Darci de Matos, Luciane Carminatti, Marcos Vieira, Neodi Saretta, Renato Hinnig e Valmir Comin. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou em discussão a Ata da 20ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente passou a palavra aos senhores Deputados para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado Antônio Aguiar** relatou o PL./0328.0/2013, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Brusque. (Corpo de Bombeiros Militar e Guarnição da Rádio Patrulha), seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **A Deputada Luciane Carminatti** relatou o PL./0330.5/2013, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Braço do Trombudo. (Ginásio de Esportes Paulo Vermoehlen), seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **A Deputada Luciane Carminatti** relatou o PL./0311.2/2013 que autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Chapecó. (Conselho Comunitário dos Bairros SAIC, Jardim e Itália), seu parecer foi favorável projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Gilmar Knaesel** relatou o PL./0309.8/2013, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., no montante de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), para atender ao Programa Pacto por Santa Catarina e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **A Deputada Luciane Carminatti** fez questão de registrar que tratava-se de um empréstimo de dois bilhões de reais, que no final de 2034 estará sendo pago quatro vírgula vinte três bilhões de reais. Segundo ela um valor bastante razoável se considerar todos os outros empréstimos que o Governo fez nos últimos anos, algo em torno de 10 bilhões. Entretanto, não haverá oposição aos empréstimos, haja vista a necessidade do Governo em ter recursos para atender diversas áreas que necessitam de investimentos. Lamentou o fato do projeto de lei ter dado entrada na Assembleia no dia treze de agosto e só agora dezoito de setembro ter chegado à Comissão de mérito para apresentação de parecer, discussão e consequente votação. Tudo isso em menos de vinte e quatro horas demonstrando a forma desrespeitosa como o processo tem se conduzindo, repetindo-se com certa frequência. Ainda de acordo com a Deputada o projeto de Lei da forma como se apresenta da sensação de esta dando ao Governo de Estado, um cheque em branco, onde os recursos serão aplicados onde assim o entender. Por isso, ela gostaria de ver parte dos recursos aplicados nas escolas, principalmente aquelas que apresentam riscos para os alunos e não foram incluídas no PAC, pavimentação asfáltica entre São Domingos e o Paraná, já foram feitas várias tentativas no sentido de implantar a ligação Mariópolis a São Domingos sem que até agora esta obra não tenha sido efetuada pelo Governo Catarinense, enquanto que o Estado do Paraná vem fazendo a sua parte. A Deputada solicitou também que fossem incluídos neste projeto os asfaltamentos dos acessos a Universidade Federal de Chapecó, pois quando chove ficam bastante prejudicados, virando um lamaçal gerando diversos problemas para acessar uma obra de aproximadamente cem milhões de reais. Outra obra defendida pela Deputada é a implantação do curso de medicina na Universidade Federal. Para isso será necessário readequar os hospitais públicos em hospitais de ensino, como também a aquisição de equipamentos que se fizerem necessários para atender às oitentas vagas contempladas à Santa Catarina, para a região Chapecó e Araranguá. De acordo com a Deputada estas reivindicações são demandas reprimidas reclamadas a muito tempo e por isso gostaria de vê-las incluídas e realizadas no programa do Governo do Estado. **O Deputado Aldo Schneider**, manifesta-se como Líder do Governo e membro efetivo da Comissão de Finanças e Tributação dizendo que na prática o PL./0309.8/2013, que dispõe sobre o empréstimo de dois bilhões de reais destina-se a fazer cobertura a outro empréstimo feito pelo Governo

do Estado, no valor de três bilhões de reais que na sua contratação não foi previsto o pagamento de uma dívida contraída pela Celesc junto ao BNDS, à juros de quatorze por cento ao mês. Diante desta taxa de juros absurda, o Governo do Estado entendeu que poderia fazer uma operação junto ao BNDS, sacando daqueles três bilhões de reais, algo em torno de novecentos e setenta milhões para liquidar a dívida da Celesc a juros de quatorze por cento ao mês, passando a pagar a partir da carência, juros de quatro por cento ao mês. Dos novecentos e setenta milhões sacados dos três bilhões, constavam como áreas contempladas a educação, a defesa civil, assistência social e infraestrutura e estes recursos deverão retornar ao projeto original, além disso, no decorrer deste período por solicitação de todos os Deputados, independentemente de ser governo ou oposição, estávamos angustiados por achar uma solução que contemplasse as necessidades de todos os municípios. Foram realizadas diversas reuniões com o Governador do Estado e com o Vice Governador discutindo exaustivamente uma solução capaz de atender as reivindicações dos municípios. Além disto o Governador junto com a Presidente da República, buscaram uma alternativas via Ministério do Planejamento capazes de atenderem as referidas solicitações municipais. Entretanto, a burocracia para viabilizar este encaminhamento junto ao Ministério do Planejamento indicava sua realização para o meado de dois mil e quatorze. O Governo do Estado, autorizado pelo BNDS, sacou mais quinhentos milhões de reais para a criação do Fundo de Apoio aos Municípios. Portanto, dos três bilhões originais foram sacados aproximadamente 1 bilhão e quinhentos milhões de reais, aprovados por esta Casa. De acordo com o Deputado, o que o Governo pretender fazer com este empréstimo é devolver ao DNBS os novecentos e setenta milhões de reais mais os quinhentos milhões de reais usados para a criação do Fundo de Apoio aos Municípios e deixando um fluxo de caixa de aproximadamente quinhentos milhões de reais que serão aplicados nas áreas descritas no projeto, entre elas aquela acatada pela emenda sugerida pelo PSDB em capitalizar a Casan, além do Badesc e demais programas elencados no projeto. **O Deputado Neodi Saretta** manifestou preocupação com a contratação de mais uma dívida. Segundo ele é comum os Governantes não só de Santa Catarina como também de outros Estados reclamarem de que boa parte da arrecadação estadual é para pagar dívidas contraídas por outros governos. Desta forma, os diversos empréstimos contraídos recentemente serão pagos por Governos que não de vir, e certamente se repetirão as mesmas reclamações na hora de efetuar os pagamentos. Este mecanismo pode se tornar uma opção interessante quando as condições são facilitadas transformando-se em meio de captação de recursos para resolver os gargalos mais importantes do Estado, principalmente os advindos da saúde e da educação. O Deputado considera importante o saneamento financeiro da CASAN para que a partir disto ela possa realizar as obras prometidas aos municípios que até então não foram feitas, especialmente nos municípios menores que sofrem com o problema de abastecimento de água e do saneamento básico. O Parlamentar mostrou-se favorável a aprovação do projeto de lei principalmente no tocante a capitalização financeira da CASAN, mas gostaria que isto se transformasse em uma perspectiva capaz de colocar em dias as grandes demandas que o Estado vem sofrendo. **O Deputado Darci de Matos** iniciou sua fala concordando com as manifestações apresentadas pelos Deputados que lhes antecederam, mas reconhece que o Governador vem fazendo o que deve ser feito, articulou-se com organismos internacionais e com a Presidente da República, que tem sido sensível aos pleitos de Santa Catarina e esta contraindo cerca de dez bilhões de reais em empréstimos. Com estes recursos, segundo o Deputado o Governador irá recuperar as escolas que não se precarizarão em dois anos e meio, isto foi acontecendo ao longo dos anos, como também a recuperação dos salários que também ao longo do tempo vem perdendo seu poder aquisitivo. afirmou também que com estes recursos o Governador irá recuperar Santa Catarina, aplicando nas áreas de saúde, infraestrutura, segurança pública, nas escolas que apresentam riscos aos alunos, deixando em condições ideais para iniciar o ano letivo. Considera absurdo não iniciar o ano letivo porque a escola encontra-se interditada. Mostrou-se também preocupado com os futuros Governadores especialmente quando perderem a capacidade de endividamento, será então necessário fazer aquilo que o Deputado Gilmar Knaesel vem defendendo insistentemente que é a alteração da divisão dos recursos arrecadados tanto pelos municípios quanto pelos Estado e enviados para a União. Atualmente, setenta por cento de toda arrecadação é enviada para o Governo Federal, pratica que vem acontecendo a séculos e que só mudará se houver entendimentos entre todos os envolvidos. Ao encerrar seu pronunciamento, o Deputado Darci de Matos parabenizou o Governador por transformar Santa Catarina em um canteiro de obras. **O Deputado Valmir Comin** em seu pronunciamento afirmou estarem todos reunidos para fechar o rito estabelecido pelo Governo do Estado na busca pela aprovação do contrato de financiamento de dois bilhões de reais, do montante de dez bilhões de reais. O Parlamentar concordou com a Deputada Luciane Carminatti quando ela reclamou do pouco prazo que a Comissão de mérito teve para analisar, dar parecer e votar o referido projeto de lei, considerando esta atitude como desrespeitosa. Com relação ao empréstimo e ao endividamento discutidos pelos Deputados que o antecederam, devem ser vistos pelo lado positivo, pois estes recursos bem aplicados nas cinco vigas mestras identificadas como sendo: a segurança, a saúde, a educação,

a infra-estrutura e a ação social, dentro do que preconiza o Governo em aplicar os investimentos na essência daquilo que possa estartar a atividade econômica e o bem estar social da população, poderemos aproveitar a potencialidade destes dez bilhões e fazer com que ele se multiplique em trinta, quarenta e talvez cem bilhões de reais e com a aplicação destes recursos em obras essenciais proporcionando a segurança jurídica para que outros investidores possam investir cada vez mais em Santa Catarina. Por outro lado o Deputado enalteceu a posição do Governo na conquista do dez bilhões de reais que so foi possível pela eficiência do estado em otimizar custos fazendo enxugamento e dando muscularidade para poder capitalizar os referidos recursos. **O Deputado Presidente** antes de colocar o PL./0309.8/2013 em votação, elegeu quatro pontos que julgou importante durante a manifestação dos senhores Parlamentares: o primeiro ponto diz respeito ao prazo curto que a Comissão de Finança e Tributação teve para apreciação do citado projeto de lei; o segundo ponto deixou o Presidente bastante feliz quando ouviu da Bancada dos Trabalhadores de que trata-se de um empréstimo e que os juros estão consignados no projeto, tendo que no prazo estabelecido pagar algo em torno de quatro bilhões de reais. Desta forma evita a exploração política e esclarece que não se trata de empréstimo a fundo perdido; o terceiro ponto trata-se do sentimento de estar assinando um cheque em branco ao Governador de Estado, pois esta sendo aprovado um financiamento de dois bilhões de reais deixando o Governo muito a vontade para escolher as áreas e os programas que julgar necessário sua aplicação; o quarto e ultimo ponto refere-se ao saneamento financeiro previsto para a CASAN. Segundo o Deputado, todos tem conhecimento da angustia que ela vem sofrendo nos últimos anos por falta de investimento, mas graças ao esforço que a atual Diretoria vem tentando recuperar sua credibilidade. De acordo com o Presidente para resolver o problema do abastecimento de água e o saneamento básico em Florianópolis serão necessários um bilhão e meio de reais em investimentos, imaginem atender a demanda de todos os municípios catarinenses é por isso que temos um dos piores índices do saneamento básico do Brasil. **A Deputada Angela Albino** relatou o OF./0600.4/2012, que encaminha o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado, relativo ao 2º trimestre de 2012, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Darci de Matos** relatou o OF./0222.9/2011, que encaminha a Prestação de Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referente ao exercício de 2010, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foi solicitado vista em gabinete pela Deputada Angela Albino. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião ordinária, onde para constar eu, Wilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria lavrei a presente Ata, que após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário Oficial desta Assembléia.

Sala das Comissões, dezoito de setembro de dois mil e treze.

Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte cinco de setembro de dois mil e treze, sob a Presidência do Deputado **Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Antônio Aguiar, Angela Albino, Darci de Matos, Luciane Carminatti, Neodi Saretta e Renato Hinnig. Justificaram suas ausências os Deputados Marcos Vieira, através do ofício nº 540/2013 e Valmir Comin, através do ofício nº 057/2013. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente informou que foi distribuído a todos os membros da Comissão, o relatório da audiência pública realizada na Comissão, com a presença do Secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni e sua equipe que explanaram as metas fiscais do orçamento do Estado. Comunicou também que haverá uma apresentação por parte dos técnicos da Coordenadoria do Orçamento, com objetivo de informar o andamento das emendas apresentadas nas audiências públicas do orçamento regionalizado. Ato contínuo, o Presidente passou a palavra aos senhores Deputados para relatarem as matérias em pauta: **o Deputado Neodi Saretta** relatou o PL./0334.9/2013, que institui a Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright (CEV-SC) e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Antônio Aguiar** relatou o PL./0367.7/2012, que determina a fixação de informações de telefones de utilidade pública em locais públicos e salas de aula da rede pública e privada no Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Darci de Matos** relatou o PL./0310.1/2013 que autoriza a doação de imóveis a Municípios e estabelece outras providências (Programa de Parceria Educacional Estado-Município), seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Darci de Matos** relatou o PL./0254.0/2007, que altera a Lei nº 13.334, de 2005, que institui o FUNDOSOCIAL, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, na forma do artigo 204 da Constituição Federal, e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão o Deputado Renato Hinnig pediu vista em gabinete. **O Deputado Gilmar**

Knaesel colocou em discussão e votação o requerimento de apensamento dos projetos PL./0135.4/2013 e PL./0543.5/2011, posto em votação foi aprovado por unanimidade. Em seguida o Presidente autorizou a Coordenadoria do Orçamento Regionalizado, para que fizesse a explanação via data show do andamento das emendas do orçamento regionalizado e das alterações do PPA e LOA, ao mesmo tempo em que comunicou a preparação de um substitutivo global a emenda de autoria do Deputado Joares Ponticelli, que trata da impositividade das emendas regionalizadas. As informações constantes da apresentação e explanação feitas pela Coordenadoria, além de terem sido distribuídas aos Senhores Deputados, encontram-se também disponíveis no site da Alesc. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião ordinária, onde para constar eu, Wilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria lavrei a presente Ata, que após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário Oficial desta Assembléia.

Sala das Comissões, vinte cinco de setembro de dois mil e treze.

Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 11H DO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2013.

Às onze horas do dia 04 de setembro de dois mil e treze, sob a Presidência do Deputado Neodi Saretta, reuniram-se a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, com a presença dos Senhores Deputados: Taxista Voltolini, Dirce Heiderscheidt e Valmir Comin. Ausência justificada do Deputado Ciro Rosa e Deputado Edison Andrino. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 5ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida a **Deputada Dirce Heiderscheidt** relatou os Ofícios de nºs 0627.4/2013 e 0627.4/2013, exarou pareceres pela aprovação, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O **Deputado Taxista Voltolini** relatou o Ofício de nº 0489.1/2013, exarou parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Mabel Santos da Silva, Chefe de Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Florianópolis, em 04 de setembro de 2013.

Deputado Neodi Saretta

Presidente da CTMA

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 2266/2013, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 028/2013, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: LOCAÇÃO DE GERADOR DE ENERGIA DE 100 KVA, INCLUSAS INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO (PREVENTIVA/CORRETIVA) PARA GUARNECER AS ESTRUTURAS FÍSICAS E LÓGICAS DO CPD (CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS) DA ALESC.

ITEM ÚNICO -

Vencedora: JG COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

Valor do Último Lance: R\$ 40.500,00

Florianópolis, 10 de outubro de 2013

EVANDRO CARLOS DOS SANTOS

PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATOS

RERRATIFICAÇÃO

Diante de lapso de publicação, ao Extrato nº 135/2013 publicado dia 15/08/2013 no Diário da Assembleia nº 6.584, página 8, onde se lê "objeto", **leia-se:**

EXTRATO Nº 089/2013

REFERENTE: Inexigibilidade nº 030/2013, celebrado em 31/07/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Câmara de Dirigentes Lojistas de Criciúma (CDL).

OBJETO: Transferir a palestra que iria acontecer no dia 05/08/2013 para os dias 14 e 24 de outubro nas cidades de Criciúma e Lages, respectivamente; substituir o então palestrante Luis Felipe Scolari pelo palestrante ex-atleta Oscar Schmidt que irá ministrar duas diferentes palestras nas referidas cidades e reduzir o valor de R\$100.00,00 para R\$ 99.000,00.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, *caput* da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 075/2013.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Subelemento: 3.3.90.39.55 (patrocínio).

Florianópolis, 10 de outubro de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 243/2013

REFERENTE: Inexigibilidade nº 064/2013 celebrado em 27/09/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Associação Central de Desenvolvimento das Microbacias Hidrográficas de Guaraciaba-SC.

OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico na “**XIª FEIRA ACROPECUÁRIA, COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GUARACIABA**”, a realizar-se no período de 27 a 29 de setembro de 2013 na cidade de Guaraciaba/SC.

VALOR GLOBAL: R\$ 20.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, “caput”, da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0121/2013 - LIC -

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), subelemento 3.3.90.39.55 (Patrocínio).

Florianópolis, 09 de outubro de 2013.

Joares Ponticelli - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 244/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 085/2013-00, celebrado em 27/09/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Associação Central de Desenvolvimento das Microbacias Hidrográficas de Guaraciaba.

OBJETO: Adquirir cota de participação e de espaço físico na “**XIª FEIRA ACROPECUÁRIA, COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GUARACIABA**”, a realizar-se no período de 27 a 29 de setembro de 2013 na cidade de Guaraciaba/SC

VALOR: R\$ 20.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, “caput”, da Lei nº 8.666/93; Processo Licitatório nº 0121/2013-LIC; Inexigibilidade de Licitação nº 064/2013 e; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 09 de outubro de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC

Roque de Moura- Presidente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 245/2013

REFERENTE: Inexigibilidade nº 065/2013 celebrado em 27/09/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Arilton Amador Me.

OBJETO: Contratação da empresa **ARILTON AMADOR ME**, para que, através da mesma, o jornalista, autor, apresentador e diretor de teve **MARCELO TAS** ministre a palestra denominada de “**Redes Sociais: Virtudes e Efeitos Colaterais da Nova Comunicação Digital**”, com duração aproximada de 01h15min e mais 15m para perguntas e respostas.

VALOR GLOBAL: R\$ 55.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, incisos II, III e § 1º da Lei 8.666/93 e Processo Licitatório nº 00129/2013-LIC

ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente contrato correrão à conta da Ação 1144 (Manutenção e Serviços Administrativos), Item Orçamentário 3.3.90.39.22 (Exposições, Congressos e Conferências).

Florianópolis, 09 de outubro de 2013.

Joares Ponticelli - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 246/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 086/2013-00, celebrado em 27/09/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Arilton Amador Me.

OBJETO: Contratação da empresa **ARILTON AMADOR - ME** para que, dentro do Projeto “Encontros com a Assembleia”, o jornalista, autor, apresentador e diretor de tevê **MARCELO TAS** ministre a palestra denominada de “**Redes Sociais: Virtudes e Efeitos Colaterais da Nova Comunicação Digital**”, com duração aproximada de 01h15min e mais 15m para perguntas e respostas.

VALOR: R\$ 55.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, II, III e § 1º, da Lei nº 8.666/93; Autorização para Processo Licitatório nº 0129/2013; Inexigibilidade de Licitação nº 065/2013;

Florianópolis, 09 de outubro de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC

Arilton Amador- Administrador

*** X X X ***

EXTRATO Nº 247/2013

REFERENTE: Inexigibilidade nº 068/2013 celebrado em 01/10/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitário do Estado de Santa Catarina (ABRAÇO-SC).

OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico no “**VIII CONGRESSO ESTADUAL ABRAÇO-SC**”, a realizar-se no período de 04 a 06 de outubro de 2013 no município de Itapema/SC.

VALOR GLOBAL: R\$ 30.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, “caput”, da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0114/2013 - LIC

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), subelemento 3.3.90.39.55 (Patrocínio).

Florianópolis, 09 de outubro de 2013.

Joares Ponticelli - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 248/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 089/2013-00, celebrado em 02/09/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitário do Estado de Santa Catarina (ABRAÇO-SC).

OBJETO: Adquirir cota de participação e de espaço físico no “**VIII Congresso Estadual ABRAÇO-SC**” que acontecerá no município de Itapema no período de 04 a 06 de outubro de 2013

VALOR: R\$ 30.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, “caput”, da Lei nº 8.666/93; Autorização para Processo Licitatório nº 0114/2013-LIC; Inexigibilidade de Licitação nº 068/2013 e; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 09 de outubro de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC

Inês Leodete Fortes Pereira- Presidente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 249/2013

REFERENTE: 01º Termo Aditivo de 04/10/2013, referente ao Contrato CL nº 043/2013, celebrado em 31/07/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Câmara de Dirigentes Lojistas de Criciúma (CDL).

OBJETO: Transferir a palestra que iria acontecer no dia 05/08/2013 para os dias 14 e 24 de outubro nas cidades de Criciúma e Lages, respectivamente; substituir o então palestrante Luis Felipe Scolari pelo palestrante ex-atleta Oscar Schmidt que irá ministrar duas diferentes palestras nas referidas cidades e reduzir o valor de R\$100.00,00 para R\$ 99.000,00.

VIGÊNCIA: eficácia a partir de 01/10/2013

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 1º, inciso II combinado com o § 2º, da Lei nº 8.666/93; Art. 58, inciso I, da Lei 8.666/93; Cláusula Quinta, item 5.5 do contrato original; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 10 de outubro de 2013.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente da ALESC

Zalmir Antonio Casagrande- Presidente

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2396, de 10 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **ANY SANTOS**, matrícula nº 6361, na DL - CC - Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, a contar de 9 de outubro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2397, de 10 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 2290/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, *caput*, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO à servidora **CAROLINA SOARES ROMAN**, matrícula nº 3021, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de outubro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2398, de 10 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2138	CLERSON LARROYD	30	24/9/2013	2289/2013
1812	CLEUSA BOTELHO CRIPPA	30	10/9/2013	2288/2013
1746	FLORINDO TESTONI FILHO	30	24/9/2013	2287/2013
1988	GICELA DE AGUIAR SANTANA	20	26/9/2013	2286/2013
1472	MARIO ROBERTO BOTT HABLITZEL	90	25/9/2013	2285/2013
7397	ODETE RESENDE CARVALHO PEREIRA	15	19/9/2013	2284/2013
5952	RITA DE CASSIA OLINGER	15	24/9/2013	2283/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2399, de 10 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1814	DULCINEIA MARIA GOULART	60	1/10/2013	2282/2013
1505	EDMILSON MATTOS	60	23/9/2013	2281/2013
1012	HUDSON MENDES CARDOSO	30	16/9/2013	2280/2013
866	MARCIO ANTONIO CHEDID ROSSI	60	9/9/2013	2279/2013
1585	VANEO NIEHUES	60	29/9/2013	2278/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0434.1/2013

Denomina "Delegado Angelo Teston" a Delegacia de Polícia da Comarca de Xaxim, município de Xaxim.

Art. 1º Fica denominada "Delegado Angelo Teston" a Delegacia de Polícia da Comarca de Xaxim, do Município de Xaxim.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Moacir Sopelsa

Lido no Expediente

Sessão de 09/10/13

JUSTIFICATIVA

Angelo Teston nasceu em 25 de dezembro de 1925, no Município de Anta Gorda, Encantado, Rio Grande do Sul.

Ele foi delegado de polícia da comarca de Xaxim, e sua gestão ficou marcada pelo empenho desbravador em prol da segurança e do bem-estar do povo de Xaxim. Agia com firmeza e segurança, e sabiamente usava a sua autoridade com muita transparência, calma, tranquilidade e responsabilidade, sem pretender mostrar que tinha o poder de polícia.

Enfrentou muitas dificuldades para exercer a sua função de delegado de polícia naquele município, tais como espaços físicos inadequados, falta de viaturas e falta de pessoal.

Assim, por entender que o Delegado Angelo Teston deixou um exemplo para a nossa comunidade frente a um trabalho responsável, enérgico tranquilo e exemplar, proponho o presente Projeto de Lei como forma de prestar essa justa homenagem do Parlamento Catarinense a essa figura ilustre.

Deputado Moacir Sopelsa

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 435.2/2013

Declara de utilidade pública a Associação Coral Acalanto, de Balneário Camboriú.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Coral Acalanto, com sede no Município de Balneário Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Narcizo Parisotto

Lido no Expediente

Sessão de 09/10/2013

JUSTIFICATIVA

A Associação Coral Acalanto, de Balneário Camboriú, é uma entidade sem fins econômicos, que tem por objetivo incentivar a prática e o desenvolvimento da cultura musical em todas as suas formas de expressão, podendo manter convênios de intercâmbio cultural com entidades congêneres, públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição, por entendê-la de interesse público, cumprindo os ditames da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

Deputado Narcizo Parisotto

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0436.3/2013

Institui o Dia Estadual do Servente Escolar.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Servente Escolar, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de agosto, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Luciane Carminatti

Lido no Expediente

Sessão de 09/10/13

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa instituir no âmbito do Estado de Santa Catarina, o Dia Estadual do Servente Escolar, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de agosto.

Importante destacar que a Lei Federal nº 12.602, de 3 de abril de 2012, instituiu a Semana e o Dia Nacional da Educação Infantil, a ser celebrada anualmente na semana de 25 de agosto, data esta que passou a ser comemorada com o Dia Nacional da Educação Infantil, em homenagem à Dra. Zilda Arns.

Tal homenagem além de ser pertinente, foi levantada pelos Parlamentares Jovens desta Casa, por meio da Escola do Legislativo "Deputado Lício Mauro da Silveira" que descrevam a figura deste profissional como alguém que com sua dedicação e comprometimento realizam suas atividades e deixam as escolas sempre limpas e agradáveis para nossas crianças.

Como dizia Paulo Freire, não se pode falar de educação sem amor. Os serventes escolares desenvolvem uma forte relação de afeto com as crianças, desempenhando um papel de cuidador que extrapola uma função específica como o preparo e distribuição de alimentos e zeladoria.

Pelas razões aqui expostas, solicito aos nobres colegas parlamentares a aprovação deste Projeto de Lei.

Deputada Luciane Carminatti

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0033.5/2013

Altera a Lei Complementar nº 587, de 14 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Art. 1º Fica revogado o art. 6º da Lei Complementar nº 587, de 14 de janeiro de 2013.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente

Sessão de 09/10/13

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo corrigir discriminação de gênero que limita a participação das mulheres em 6% para os efetivos das instituições militares do estado de Santa Catarina. Conforme diagnosticado nos últimos concursos do Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Militar, a demanda de mulheres interessadas na carreira excede as vagas disponibilizadas e as candidatas demonstram capacidade física e intelectual adequada nos testes.

Diante do exposto, conto com o apoio dos demais parlamentares para aprovação deste Projeto de Lei, que visa corrigir distorção legal e adequar a norma às necessidades da sociedade.

Sala das Sessões, em
Deputado Kennedy Nunes

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 034.6/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 1064**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposições de motivos da Secretaria de Estado da Defesa Civil, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Secretaria de Estado da Infraestrutura, o projeto de lei complementar que "Altera a Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual e estabelece outras providências."

Florianópolis, 8 de outubro de 2013

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 09/10/13

ESTADO DE SANTA CATARINA**Secretaria de Estado da Infraestrutura****Gabinete do Secretário**

OF/Nº 282

Florianópolis, 21 de março de 2011

Exmo. Sr. Antonio Ceron

Secretário de Estado de Coordenação e Articulação

NESTA

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito sua gentileza no sentido de determinar providências, objetivando a retificação do nível do cargo de Gerente de Tecnologia da Informação (5978) da Secretaria de Estado da Infraestrutura, para FG-2, que, acreditado por erro de digitação, aparece no Anexo XIV da LC 381/07 como FG-1.

Tal retificação se faz necessária, visto que os cargos sob mesmo código, das demais Pastas, são FG-2, equivalente à Gerência.

Esclareço que no início da vigência da referida Lei tal alteração foi efetuada junto ao sistema, após contato verbal, porém, legalmente, tal correção não ocorreu, voltando a ter problemas, agora com a atual nomeação ao cargo.

Certo de sua pronta atenção, subscrevo-me

Atenciosamente,

Deputado Valdir Cobalchini

Secretário

ESTADO DE SANTA CATARINA**SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL****GABINETE DO SECRETÁRIO****EM nº 023/GABS/SDC/2013**

Florianópolis, 29 de agosto de 2013

Senhor Governador,

Submetemos à apreciação de Vossa Excelência minuta de proposta de alteração da Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

A alteração tem por escopo adequar a redação da lei em comento às modificações propostas ao Decreto nº 127, de 2011, cujo objeto é dar mais celeridade à transferência de recursos mediante convênios, aos municípios que se encontrarem em situação de emergência ou estado de calamidade pública, homologadas pelo Estado.

Nesse sentido, estamos propondo a modificação do art. 79 da mencionada Lei Complementar, qual seja: a de excluir a exigência da deliberação dos respectivos Conselhos de Desenvolvimento Regional, quando da celebração de convênios com municípios que se encontrarem impactados emergencialmente.

Estas, Senhor Governador, as razões que nos levam a submeter a anexa proposta à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

MILTON HOBUS

Secretário de Estado da Defesa Civil

ESTADO DE SANTA CATARINA**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA****GABINETE DO SECRETÁRIO****EM nº 1785.7/GABS/SSP**

Florianópolis, 23 de janeiro de 2013.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o **Processo IGP 673/2011**, que trata de Anteprojeto de Lei, que reorganiza a estrutura das funções e cargos do Instituto Geral de Perícias e estabelece outras providências, de origem do Instituto Geral de Perícias (IGP).

A atual gestão administrativa do Instituto Geral de Perícias, órgão vinculado a esta Pasta, constatou a necessidade de realizar alguns ajustes na legislação, visando a continuidade dos avanços na área da Perícia Criminal do Estado, conforme consta da Justificativa do Diretor do Instituto Geral de Perícias (fls. 01/02, dos Autos).

Nesse contexto, são necessárias adequações à legislação ora vigente, mormente quanto à estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, a qual se encontra disposta na Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007.

A proposta do presente anteprojeto de lei visa as seguintes adequações:

- 1) Transformar uma vaga de Consultor de Gestão Administrativa (DGS/FTG 2) em Assessor Jurídico (DGS/FTG 2), permitindo que as análises jurídicas sejam realizadas no âmbito do Instituto Geral de Perícias (IGP);
- 2) Adequar as Funções Gratificadas da estrutura do (IGP), com ênfase no processo de desconcentração das decisões, transferindo para o interior do Estado Funções Gratificadas localizadas na Capital;
- 3) Adequar a remuneração do Assessor de Comunicação do IGP ao mesmo nível dos demais Assessores de Comunicação pertencentes ao quadro da administração direta do Estado de Santa Catarina;
- 4) Passar, por uma questão de equidade, o Diretor-Geral Adjunto do IGP a ter a mesma remuneração de Secretário-Adjunto, conforme o tratamento destinado as demais instituições; e
- 5) Permitir que algumas Funções Gratificadas possam ser exercidas por qualquer servidor do Grupo Segurança Pública - Perícia Oficial, e não exclusivamente por Peritos Oficiais, como dispõem a legislação atual.

Saliento que as alterações são imprescindíveis para, através do proposto Anteprojeto de Lei, dar condições estruturais para que o Instituto Geral de Perícias consiga definitivamente proporcionar ao Estado de Santa Catarina um modelo de excelência em perícia criminal.

A matéria foi instruída pelo Parecer nº 008/PL/2012 (fls. 35/40), emitido pela Consultoria Jurídica desta Pasta.

Diante do exposto, encaminho os Autos à consideração de Vossa Excelência, no sentido de dar o devido encaminhamento à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A cópia virtual da minuta foi enviada ao endereço eletrônico gemat@scc.sc.gov.br.

Respeitosamente,

César Augusto Grubba

Secretário de Estado da Segurança Pública

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 34/2013

Altera a Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 79 da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 79. Os convênios que envolvam repasse de recursos estaduais a Municípios e entidades de natureza privada sem finalidade econômica, a qualquer título, para a execução descentralizada de programas, projetos e ações governamentais, serão firmados preferencialmente pelos Secretários de Estado de Desenvolvimento Regional após a deliberação dos respectivos Conselhos de Desenvolvimento Regional, observadas as exigências das legislações específicas.

§ 1º Fica a Administração Pública Direta autorizada a firmar convênios para atendimento a Municípios que se encontrem em situação de emergência ou estado de calamidade pública declarados pelos Chefes do Poder Executivo e homologados pelo Chefe do Poder Executivo estadual durante os prazos de vigência determinados pelos decretos declaratórios e homologatórios, sendo dispensada, nesses casos, a deliberação dos Conselhos de Desenvolvimento Regional.

§ 2º Ato do Chefe do Poder Executivo disporá sobre a execução do disposto neste artigo." (NR)

Art. 2º O art. 159 da Lei Complementar nº 381, de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 159.”

§ 6º O cargo de Diretor-Geral e as FGs de Diretor Adjunto e Corregedor, no âmbito do Instituto Geral de Perícias, constantes do Anexo XIV desta Lei Complementar, são privativos de servidores públicos efetivos e ativos dos 2 (dois) últimos níveis da carreira de Perito Oficial do Instituto Geral de Perícias.” (NR)

Art. 3º O art. 160 da Lei Complementar nº 381, de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 160.”

§ 4º As FGs de natureza finalística constantes do Anexo XIV desta Lei Complementar, no âmbito da Polícia Civil, serão ocupadas

exclusivamente por Delegados de Polícia e, no âmbito do Instituto Geral de Perícias, serão ocupadas exclusivamente por Peritos Oficiais, exceto as funções de Gerente Administrativo, Gerente de Identificação Civil e Criminal e Gerente de Medicina Legal, que poderão ser ocupadas por servidores públicos do Grupo Segurança Pública - Perícia Oficial.

.....” (NR)
Art. 4º Ficam alterados os Anexos VII-D e XIV da Lei Complementar nº 381, de 2007, conforme redação constante do Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

ANEXO ÚNICO

“ANEXO VII-D

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

ÓRGÃO DENOMINAÇÃO DO CARGO	Quantidade	Código	Nível
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS (IGP)			
Diretor-Geral do IGP	1		
Assessor Jurídico	1	DGS/FTG	2
Consultor de Gestão Administrativa	1	DGS/FTG	2
Gerente de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica	1	DGS/FTG	2
Supervisor de Gestão de Pessoas do IGP	1	DGS/FTG	2
Assessor de Comunicação	1	DGS/FTG	3

ANEXO XIV

FUNÇÕES GRATIFICADAS DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL

ÓRGÃO/ENTIDADE DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	Quantidade	Código	Nível
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA			
Secretário do Conselho de Entorpecentes	1	FG	3
Secretário do Conselho da Segurança Pública	1	FG	3
Secretário do Conselho Estadual de Trânsito	1	FG	3
Gerente de Formação, Aperfeiçoamento e Ensino a Distância	1	FG	2
Diretor da Academia de Polícia	1	FG	1
Gerente de Ensino e Formação	1	FG	2
Gerente de Recrutamento e Seleção	1	FG	2
Gerente de Pesquisa e Extensão	1	FG	2
Corregedor da Polícia Civil	1	FG	1
Corregedor da Polícia Militar	1	FG	1
Corregedor do Corpo de Bombeiros Militar	1	FG	1
Diretor de Polícia do Litoral	1	FG	1
Diretor de Polícia do Interior	1	FG	1
Delegado Regional da Polícia Civil	30	FG	2
Diretor de Investigações Criminais	1	FG	1
Gerente de Investigações Criminais	1	FG	2
Gerente de Delegacias Especializadas	1	FG	2
Diretor de Inteligência da Polícia Civil	1	FG	1
Gerente de Inteligência da Polícia Civil	1	FG	2
Gerente de Situações Críticas	1	FG	2
Gerente de Fiscalização de Produtos Controlados	1	FG	2
Gerente de Fiscalização de Jogos e Diversões	1	FG	2
Diretor de Polícia da Grande Florianópolis	1	FG	1
Coordenador de Operações das Centrais de Polícia	1	FG	2
Diretor Adjunto do IGP	1	FG	1
Corregedor do IGP	1	FG	1
Diretor Administrativo e Financeiro do IGP	1	FG	1
Gerente Administrativo do IGP	1	FG	2
Gerente de Perícias do Interior	1	FG	1
Diretor do Instituto de Criminalística do IGP	1	FG	1
Gerente de Criminalística	1	FG	2
Diretor do Instituto de Análises Forenses do IGP	1	FG	1
Gerente de Análises Forenses	1	FG	2
Diretor do Instituto de Identificação Civil e Criminal do IGP	1	FG	1
Gerente de Identificação Civil e Criminal	1	FG	2
Diretor do Instituto Médico Legal do IGP	1	FG	1
Gerente de Medicina Legal	1	FG	2
Diretor da Academia de Perícia do IGP	1	FG	1
Gerente Mesorregional de Perícias do IGP	7	FG	2
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA			

Gerente de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica	1	FG	2
.....

" (NR)

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0302.1/2011

O Projeto de Lei nº 0302.1/2011 passa a tramitar com a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº 0302.1/2011

Altera a Lei nº 13.993, de 2007, que dispõe sobre a Consolidação das Divisas Intermunicipais do Estado de Santa Catarina e adota providências correlatas, retificando as divisas entre os Municípios de Canoinhas, Irineópolis, Porto União e Timbó Grande.

Art. 1º Ficam retificadas as divisas entre os Municípios de Canoinhas, Irineópolis, Porto União, e Timbó Grande.

Art. 2º Os Anexos I, XIII e XIV da Lei nº 13.993, de 20 de março de 2007, que estabelecem as divisas entre os municípios de Canoinhas, Irineópolis, Porto União, e Timbó Grande, passam a vigorar de conformidade com as alterações promovidas pelos Anexos I, II, III desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. "

Sala das Comissões,

Deputado José Nei Alberton Ascari

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 02/10/13

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 08/10/13

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 302/2011

Altera a Lei nº 13.993, de 2007, que dispõe sobre a Consolidação das Divisas Intermunicipais do Estado de Santa Catarina e adota providências correlatas, retificando as divisas entre os Municípios de Canoinhas, Irineópolis, Porto União e Timbó Grande.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,
DECRETA:

Art. 1º Ficam retificadas as divisas entre os Municípios de Canoinhas, Irineópolis, Porto União e Timbó Grande.

Art. 2º Os Anexos I, XIII e XIV da Lei nº 13.993, de 20 de março de 2007, que estabelecem as divisas entre os Municípios de Canoinhas, Irineópolis, Porto União e Timbó Grande, passam a vigorar de conformidade com as alterações promovidas pelos Anexos I, II e III desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 9 de outubro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO I

(Altera o Anexo I - Memorial Descritivo - da Lei nº 13.993, de 20 de março de 2007)

"ANEXO I: MEMORIAL DESCRITIVO (descrição dos limites)

CANOINHAS

As divisas intermunicipais do município de Canoinhas, representadas no Anexo XIV, integrante desta Lei, são:

A -

E - Com o município de TIMBÓ GRANDE:

Inicia na foz do ribeirão dos Amador, no rio Tamanduá (c.g.a. lat. 26º36'27"S, long. 50º31'52"W), desce por este até a foz do lajeado Santa Cruz, M.D. nº 626 (c.g.a. lat. 26º29'56"S, long. 50º41'54"W).

F - Com o município de IRINEÓPOLIS:

Inicia na foz do lajeado Santa Cruz, no rio Tamanduá, M.D. nº 626 (c.g.a. lat. 26º29'56"S, long. 50º41'54"W), segue por linha seca e reta, passando pelo M.D. nº 633 (c.g.a. lat. 26º27'12"S, long. 50º40'27"W), até a foz do rio Barra Mansa no rio Timbozinho (c.g.a. lat. 26º24'44"S, long. 50º39'04"W); segue por linha seca e reta até a nascente do rio dos Porcos, M.D. nº 632 (c.g.a. lat. 26º22'43"S, long. 50º38'10"W); desce por este até a foz no rio dos Pardos; desce por este até a foz no rio Preto, desce por este até a foz no rio Iguaçu.

IRINEÓPOLIS

As divisas intermunicipais do município de Irineópolis, representadas no Anexo XIV, integrante desta Lei, são:

A -

B - Com o município de CANOINHAS:

Inicia no rio Iguaçu, na foz do rio Preto, sobe por este até a foz do rio dos Pardos; sobe por este até a foz do rio dos Porcos; sobe por este

até sua nascente, Marco de Divisa - M.D. nº 632 (coordenada geográfica aproximada - c.g.a. lat. 26º22'43"S, long. 50º38'10"W); segue por linha seca e reta até a foz do rio da Barra Mansa no rio Timbozinho (c.g.a. lat. 26º24'44"S, long. 50º39'04"W); segue por linha seca e reta passando pelo M.D. nº 633 (c.g.a. lat. 26º27'12"S, long. 50º40'27"W), até encontrar a foz do lajeado Santa Cruz, no rio Tamanduá, M.D. nº 626 (c.g.a. lat. 26º29'56"S, long. 50º41'54"W).

C - Com o município de TIMBÓ GRANDE:

Inicia no lajeado Santa Cruz, no rio Tamanduá, M.D. nº 626 (c.g.a. lat. 26º29'56"S, long. 50º41'54"W), desce por este até sua foz no rio Timbó.

D - Com o município de PORTO UNIÃO:

Inicia na foz do rio Tamanduá, no rio Timbó, desce por este até sua foz no rio Iguaçu.

PORTO UNIÃO

As divisas intermunicipais do município de Porto União, representadas no Anexo XIII, integrante desta Lei, são:

A -

B - Com o município de IRINEÓPOLIS:

Inicia no rio Iguaçu, na foz do rio Timbó, sobe por este até a foz do rio Tamanduá.

C - Com o município de TIMBÓ GRANDE:

Inicia na foz do rio Tamanduá, no rio Timbó, sobe pelo rio Timbó até a foz do ribeirão Redondo, sobe por este até sua nascente, na serra Chata (coordenada geográfica aproximada - c.g.a. lat. 26º33'31"S, long. 50º51'30"W).

TIMBÓ GRANDE

As divisas intermunicipais do município de Timbó Grande, representadas no Anexo XIV, integrante desta Lei, são:

A - Com o município de IRINEÓPOLIS:

Inicia no rio Timbó, na foz do rio Tamanduá, sobe por este até encontrar a foz do lajeado Santa Cruz, Marco de Divisa - M.D. nº 626 (coordenada geográfica aproximada - c.g.a. lat. 26º29'56"S, long. 50º41'54"W).

B - Com o município de CANOINHAS:

Inicia na foz do lajeado Santa Cruz, no rio Tamanduá, M.D. nº 626 (c.g.a. lat. 26º29'56"S, long. 50º41'54"W), sobe por este até a foz do ribeirão dos Amador (c.g.a. lat. 26º36'27"S, long. 50º31'52"W).

H - Com o município de PORTO UNIÃO:

Inicia na nascente do ribeirão Redondo, na serra Chata (c.g.a. lat. 26º33'31"S, long. 50º51'30"W), desce por este até sua foz no rio Timbó, desce por este até a foz do rio Tamanduá." (NR)

ANEXO II

(Altera o Anexo XIII da Lei nº 13.993, de 20 de março de 2007)

ANEXO XIII

Caçador, Calmon, Matos Costa e Porto União.

(MAPA DESCRITIVO: vide projeto original)

ANEXO III

(Altera o Anexo XIV da Lei nº 13.993, de 20 de março de 2007)

ANEXO XIV

Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Timbó Grande e Três Barras.

(MAPA DESCRITIVO: vide projeto original)

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 380/2013

Altera o art. 2º da Lei nº 10.657, de 1998, que autoriza a doação de imóvel no Município de Cunha Porã.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica incluído o parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 10.657 de 7 de janeiro de 1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

Parágrafo único. O Município poderá utilizar o imóvel para outras finalidades públicas de interesse público, desde que sem prejuízo da destinação principal." (NR)

2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 9 de outubro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***